

Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 16-12-2025

Ata nº 24

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
José Albano Esteves Domingues	Presidente da Câmara Municipal	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	Vereador	P
Verónica Solheiro	Vereador	P
Liliana Alexandra Alves Gonçalves	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 10-12-2025

Operações Orçamentais	527 838,53€
Operações de Tesouraria	746 759,31€

Início da reunião:14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Ana Maria Cerqueira da Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal.

I – Antes da ordem do dia

O senhor Presidente da Câmara Municipal de Melgaço deu início à reunião começando por apresentar cumprimentos e dar as boas vindas às senhora e senhores Vereadores, aos técnicos e público presentes na sala e ao que se encontrava a acompanhar a reunião através da transmissão *online*, reunião esta que, por ser a primeira do mês, era pública.

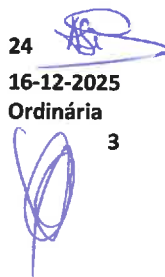
Prosseguiu a sua intervenção pedindo aos senhores Vereadores que, em relação à ordem de trabalhos, tomassem nota de dois lapsos que constatou em dois assuntos da mesma: um deles relativo ao assunto nº 365, que tem a ver com o valor do acordo de resolução do contrato promessa de compra e venda celebrado com o senhor Delfim Alves, tendo ficado a constar na informação técnica que o montante era de 200.000,00 €uros quando, na realidade, era de 250.000,00 €uros, e o outro respeitante ao assunto n.º 370, relacionado com a proposta de fixação das taxas de IMI a aplicar no ano de 2026, em cuja informação interna ficou a constar que se propunha uma nova redução, aplicável às freguesias com menor densidade populacional, uma proposta que esteve em cima da mesa, mas que acabou por não avançar para o próximo exercício orçamental, tendo pedido que esta parte não fosse considerada.

Sendo uma reunião pública deu nota de que a mesma é composta por três pontos, correspondendo o primeiro ao período de antes da ordem do dia, onde podem ser apresentados e discutidos vários assuntos de interesse para o Município, o segundo ao período da ordem do dia, onde são votados os assuntos da ordem de trabalhos, e o terceiro e último momento destinado à intervenção do público.

Prosseguindo o período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que pretendia aflorar dois temas e perguntou aos Vereadores presentes se algum deles se pretendia inscrever para intervir nesta parte da ordem de trabalhos.

Neste seguimento inscreveu-se o Vereador José Adriano Esteves Lima e a Vereadora Verónica Solheiro.

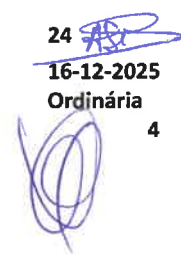
Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal que, desta feita, referiu que as notas que queria deixar tinham a ver com dois momentos distintos: um deles, que teve lugar na manhã desse dia, na Porta de Lamas de Mouro do Parque Nacional Peneda-Gerês, relacionado com o lançamento de um concurso por parte do Fundo Revive Natureza. Explicou que estão em causa nove edifícios, dos quais sete correspondem a antigas casas florestais, um a um antigo quartel da Guarda Fiscal, e o último a um antigo Posto Fiscal. Referiu que este Fundo é um instrumento criado pelo Governo no ano de 2019, que entrou em funcionamento em 2020, e que tem mais de cem imóveis destinados a concurso para reabilitação, e para afetação a diferentes fins, seja para alojamento local, seja para estabelecimentos comerciais, seja para a restauração. Informou que de entre os vários edifícios que o concelho de Melgaço tem foram considerados, neste primeiro momento, nove, sendo certo que existem outros seis já sinalizados.



Referenciou que o que se pretende é que haja proponentes que aceitem este desafio, que reabilitem estas estruturas e que as coloquem no mercado, no âmbito empresarial, ao serviço da população. Deu nota que existe um financiamento com uma taxa extremamente interessante, bonificada, de 0,50%, e com um *plafond* máximo de financiamento na ordem dos 200.000,00 €uros. Transmitiu que a sessão em causa, na Porta de Lamas de Mouro, correu muitíssimo bem, com o auditório praticamente cheio, e com a presença, inclusive, de alguns empresários que já estão a laborar na área, bem como de outros que visitaram pela primeira vez o território, todos com a possibilidade de virem a apresentar propostas para esta reabilitação.

Passou, de seguida, para a outra nota que pretendia dar, desta feita acerca da reunião do Conselho Intermunicipal (CIM) do Alto Minho, que teve lugar no dia anterior ao da reunião em curso, em Caminha. Neste ponto referiu estar em crer que ainda não tinha transmitido aos senhores Vereadores que as reuniões da CIM passarão a ter lugar descentralizadamente, uma em cada um dos dez concelhos do Distrito de Viana do Castelo. Mais referiu que na ordem de trabalhos da dita reunião constaram muitos assuntos, entre os quais o ato eleitoral para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a ter lugar no dia 12 de janeiro de 2026. Referiu que em função deste ato eleitoral os senhores Presidentes de Câmara terão que exercer o direito de voto para um dos Vice-Presidentes, na sede da CIM ou numa das suas instalações, de entre as três existentes (Valença, Ponte de Lima e Viana do Castelo), e que neste caso em concreto será nas instalações de Ponte de Lima. Adiantou também que os senhores Vereadores e os senhores Deputados Municipais, incluindo os Presidentes de Junta, terão, por sua vez, que exercer o direito de voto em Melgaço, no âmbito de uma Assembleia Municipal extraordinária, que terá de se convocar única e exclusivamente para este efeito. Mais comunicou que nesta última reunião da CIM se falou, também, da reabilitação das habitações sociais e dos beneficiários diretos do 1º Direito, bem como do Protocolo celebrado com o IHRU, I.P., sendo este um assunto importante para Melgaço. Disse que houve a preocupação, por si transposta, de se marcar uma reunião com os responsáveis do IHRU, para se obter a resposta à qual já se aguarda há cerca de um ano, com vista a que sejam definidos os apoios para efeitos de reabilitação de habitações qualificadas como em situação de indignidade.

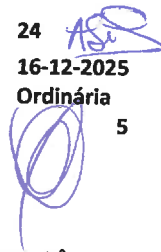
Por último, deu nota de uma informação veiculada nesta reunião da CIM, a qual, no seu entender, pode não ser tão positiva para o território, que tem a ver com o projeto CVTT 3AR – Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia – que, como é sabido, prevê um pólo em Melgaço, um HUB ligado à inovação, relativamente ao qual foi transmitido ao Professor Nuno Brito, do IPVC, por parte da CCDD-N, que esta candidatura corria o risco de vir a cair. Referiu que a este propósito foram levantadas duas questões pelo painel de peritos da CCDDN: uma delas que tem a ver com a amplitude sobre a qual a candidatura versa e sobre a qual aqueles entendem ser demasiado ampla, não se cingindo apenas aos recursos endógenos que existem em Melgaço (do que são exemplo o alvarinho e a produção pecuária da raça cachena), mas também à gastronomia, entendendo aqueles que não pode existir esta amplitude tão lata. Referenciou que é seu entendimento o de que, para que o projeto tenha pragmatidade, e possa valorizar e apoiar a economia local, particularmente em territórios de baixa densidade, como é o caso do Melgaço, tem que envolver o processo todo, desde a parte científica, do estudo e parte tecnológica,



passando pela produção, e culminando no consumo e gastronomia, e que só desse modo poderá acrescentar valor ao território. Informou que vão ser encetados contactos junto da CCDRN, e, eventualmente, numa segunda linha, se necessário for, junto do Ministério da Economia e da Coesão Territorial, com o Ministro Manuel Castro Almeida, para tentar reverter esta intenção de decisão.

Apresentadas que foram estas notas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, este concedeu a palavra ao Vereador José Adriano Esteves Lima, que, no uso dela, começou por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, o público presente, os colaboradores da Câmara Municipal, bem como aqueles que assistiam à reunião à distância.

Prosseguiu pegando nas palavras da intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre as quais teceu alguns comentários. Começou por referir que o projeto Revive Natureza já existe há alguns anos e que já desde então os anteriores Executivos, dos quais fazia parte, têm vindo a trabalhar para que os imóveis nele integrados tivessem uma finalidade, seja no âmbito do Revive Natureza, seja através da adjudicação destes imóveis no mercado. Informou que estes processos são muito morosos, muito ponderados, passando pela identificação dos imóveis e pela sua colocação em condições de serem comercializados. Mais referiu que a opção do Governo, independentemente deste ou do anterior (porque a opção era a mesma), exigiu um trabalho preparatório. Disse que, na verdade, Melgaço tem este património, que é muito importante, mas que, incrivelmente, muitas vezes nem sequer é conhecido até pelo Governo, até pelos proprietários, considerando ser fundamental fazer este trabalho para que estes imóveis entrem no mercado. Identificou o Revive Natureza como um programa em que o Governo se propõe fazer arrendamentos de longa duração (normalmente de trinta anos), no âmbito do qual existe, também, financiamento para fazer a sua reabilitação, com taxas muito interessantes. Realçou tratar-se de um programa nacional, não sendo novo, que se rege sempre pelas mesmas regras, admitindo, no entanto, poderem existir alguns ajustes. Informou que os anteriores Executivos já chegaram a ter um ou outro investidor interessado em alguns destes imóveis, sendo, inclusivamente, alguns deles empresários locais, e que nem todos se identificavam com esta lógica, preferindo, muitos deles, adquirir esses equipamentos, comprando-os, e depois reabilitá-los por sua conta e risco. Neste sentido chamou a atenção para o facto de a Câmara Municipal de Melgaço, há já alguns anos, ser uma das Câmaras com uma postura muito proativa, na cooperação com a tutela, para identificar estes imóveis, caracterizá-los, a fim de chegarem a este ponto de estar na Rede Natura ou noutro projeto. Referiu que esta questão é importante para os melgacenses, porque é um património que tem muito potencial em termos turísticos, que pode gerar economia, e que, portanto, os anteriores Executivos apoiaram em tudo, desde as visitas ao território com o acompanhamento de técnicos, às ajudas para fazer o trabalho de identificação e caracterização dos imóveis. Realçou que este trabalho deve ter essa continuidade e que é importante acompanhá-lo de perto, para que estes imóveis sejam realmente pólos dinamizadores da economia de Melgaço. Disse acreditar que o poderão ser e que já se está mais perto do momento em que isso se venha a concretizar, dinamizando mais a economia melgacense e o seu potencial. Ainda sobre este assunto afirmou que sem prejuízo destes imóveis estarem nesta plataforma da Rede Natura e que o interesse aqui seja uma exploração para fins turísticos, a verdade é que não se pode esquecer a comunidade melgacense e o respetivo território.



Informou que sobretudo na zona de montanha existem algumas entidades que, muitas vezes, têm necessidades em termos de logística e que, se calhar, teriam interesse num ou noutro imóvel. Disse que a Câmara Municipal, ao longo dos tempos, foi cedendo um ou outro que estavam na sua posse. Alertou para o facto de o atual Executivo dever ter essa atenção, esse cuidado, pois se por um lado se tem interesse em que estes imóveis possam ser pólos dinamizadores da economia do concelho, por outro também não se podem descuidar daquilo que são os interesses da comunidade melgacense, de quem está no território, que também poderão ter interesse num ou noutro imóvel para aí se instalarem e desenvolver a sua atividade.

Passou, de seguida, a abordar a questão do Conselho Intermunicipal, comentando não saber que as reuniões iriam ser descentralizadas, mas que lhe parece ser uma medida muito assertiva, pese embora a exigência em termos de logística. Sobre a questão do ato eleitoral concordou com o facto de, na altura da realização do mesmo, quem de direito ter de nele participar, manifestando o seu desejo de que todos o façam, uma vez que poderá traduzir-se numa antecâmara da regionalização, independentemente daquilo que é a opinião de cada um sobre o assunto. Referiu, sobre isto, que é sabido que este é um passo intermédio para aquilo que se ambiciona e que está previsto na nossa Constituição desde o início, que é precisamente a regionalização. Salientou que o importante, aqui, é que exista a proximidade da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte com os territórios, particularmente com Melgaço, porque é do conhecimento de todos que é lá que estão todas as grandes medidas e o dinheiro.

Passou, depois, para a questão da reunião com o IHRU, aflorada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo considerado ser fundamental a sua realização. Referiu ser do seu conhecimento que não se trata de um problema apenas de Melgaço, mas sim de um problema a nível nacional. Considerou que estas reuniões e este trabalho a desenvolver por este Instituto é sempre muito moroso e complicado, uma vez que mudam facilmente de posição, mas que na verdade o Município de Melgaço tem que se dar ao respeito e, se necessário for, exigir formalmente reuniões com esta entidade, levar as reuniões muito bem preparadas, e, nessas reuniões, expressar aquilo que são os anseios da comunidade melgacense, e, se possível, solicitar que seja lavrada uma ata onde fique registado o teor dessas reuniões.

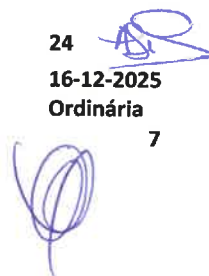
Prosseguiu a sua intervenção, desta feita com o assunto do CVTT, classificando-o como um projeto ambicioso, que teria o financiamento mais ou menos garantido, eventualmente com alguns ajustes ou cortes. Dirigiu-se, por conseguinte, ao senhor Presidente da Câmara Municipal, no sentido de lhe expressar a sua opinião sobre o assunto, prendendo-se esta com o facto de ser importante avançar com este pólo em Melgaço, maior ou mais pequeno, por uma questão, até, de posicionamento estratégico, englobando o mundo dos vinhos e de outros produtos locais. Relativamente ao Projeto Nutrir disse ter sido uma conquista do concelho de Melgaço, no passado, que se foi alargando ao resto do território, nomeadamente ao distrito de Viana do Castelo. Referiu que não deve ser de perder aquilo que foi o papel de ponta de lança deste projeto, por parte do Município de Melgaço. Refere ter consciência de que este projeto é muito ambicioso, mas que se não se conseguir concretizar o que estava inicialmente desenhado, se deveria, pelo menos, tentar um projeto que vá de encontro àquilo que são os interesses de Melgaço.

Passando para outro assunto, disse que entre a última reunião e a presente existiram alguns dias de neve, como é habitual nesta altura do ano, e que do que foi a sua experiência, enquanto responsável nessa matéria, as coisas sempre funcionaram de forma regular e sem grandes constrangimentos, com alguns dias, muito pontuais, em que os transportes escolares não conseguiam circular. Feita esta exposição, colocou ao senhor Presidente da Câmara Municipal uma questão que, segundo a sua opinião, se relaciona mais a pensar não no que já aconteceu mas no que certamente acontecerá nos próximos meses. Para melhor compreensão desta questão expôs que o anterior Executivo havia feito alguns arranjos no caminho chamado “Caminho das Veigas”, que liga a Área de Lazer das Veigas até Castro Laboreiro, referindo que estava delineado um projeto de criação de uma circularidade no acesso a Castro Laboreiro, de forma a fazer-se o acesso por um lado e a saída pelo outro, em ordem a evitar alguns constrangimentos que existiam, habitualmente, na zona da Portelinha. Explicou, ainda, que nos períodos em que há maior afluência a situação se torna caótica, já na zona de Castro Laboreiro propriamente dita. Nesta sequência, disse que se este assunto não está a ser tratado deve ser retomado, de forma a melhorar a segurança e o acesso ao ponto mais alto do concelho, neste caso Castro Laboreiro, nos períodos de neve, mormente ao fim de semana, devido à elevada procura pelos visitantes.

Passou, seguidamente, a abordar um outro assunto, a Festa do Espumante, que se realizou entre a última reunião e a presente, começando por referir que teve a oportunidade de estar presente no momento da abertura e noutros momentos do evento. Disse que o formato foi o que já vinha de trás, traduzindo-se, de uma forma geral, naquilo que se esperava. Ainda sobre este assunto colocou uma questão ao senhor Presidente da Câmara Municipal, no sentido de saber se teve oportunidade de conversar com os produtores e, à semelhança do que fazia o anterior Executivo, se fez uma avaliação diária daquilo que foi a afluência, a procura e as vendas. Realçou que estes eventos não têm só um objeto imediato (porque é claro que é feito negócio naquele momento), mas também têm um objetivo mais diferido, que é a promoção do concelho de Melgaço, dos seus produtos, e a possibilitação de as pessoas voltarem a Melgaço para consumirem os seus produtos, não só os espumantes e alvarinhos, mas também o fumeiro, os queijos e a gastronomia. Terminou perguntando ao senhor Presidente da Câmara Municipal se teve algum *feedback* da parte dos expositores em relação às vendas.

Por fim, referiu que se realizou no fim-de-semana anterior o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que teve lugar em Viana do Castelo. Informou que já teve oportunidade de participar nestes congressos noutros sítios, na zona centro e pelo país fora. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal se deste Congresso resultou alguma novidade de maior, uma vez que a Associação Nacional de Municípios representa os municípios portugueses, está sempre na linha da frente daquilo que são as preocupações destes e que os representa perante o Governo, desempenhando, por isso, um papel importantíssimo para todos os municípios portugueses. Referiu saber, até pela experiência que já teve no passado, que muitas vezes nesses congressos eram abordados temas e levantadas algumas temáticas de suma importância também para Melgaço.

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal que, em concordância com todos os presentes, e antes de passar a palavra à senhora Vereadora Verónica Solheiro, passou a responder às questões levantadas pelo senhor Vereador José Adriano Esteves Lima.



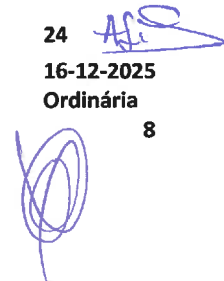
Passou a fazê-lo começando pela parte final da abordagem do senhor Vereador, relativa ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que decorreu em Viana do Castelo. Referiu que tivera, nesse fim-de-semana, localmente, meia dúzia de compromissos em agenda, razão pela qual não pudera estar fisicamente presente no Congresso, mas que tivera a preocupação de ir falando com outros colegas presidentes de câmara do Alto Minho, que participaram no evento, e de se manter a par do que lá foi discutido. Deu nota de ser sabedor de que os trabalhos correram muito bem, com bastante adesão da parte dos Autarcas, na nossa capital de distrito. Referiu que no seu entender o que em primeira linha deve preocupar todos os municípios do interior, e que resultou, até, do discurso do novo Presidente da ANMP, o Dr. Pedro Pimpão, é a necessidade de, junto da tutela, reivindicar mais apoios, particularmente de ordem financeira, por ser aí que entroncam as grandes preocupações e desafios dos pequenos municípios, como é o caso de Melgaço. Referenciou que interessa agora saber se o governo será sensível a esta reivindicação e se os municípios de baixa densidade, designadamente através das CIM's (considerando poder ser este o veículo privilegiado para se ter outro impacto nas reivindicações), conseguirão levar avante este propósito e esta necessidade, transversal a muitos concelhos. Disse que a tutela também tem responsabilidades a este nível, porque passou um leque bastante alargado de competências para os municípios, sendo que em parte delas o envelope financeiro que acompanhou a delegação de competências não é suficiente para fazer face àquilo que são responsabilidades constitucionais do próprio Estado.

Ainda sobre este assunto, interrompendo, o senhor Vereador José Adriano Lima perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal se sabe se o assunto da Lei das Finanças Locais foi abordado, ao que o último respondeu que o aumento dos apoios já por si referenciado passará, naturalmente, pela alteração da Lei das Finanças Locais, assunto também abordado no Congresso.

Neste seguimento o Vereador José Adriano Lima disse que não se trata apenas de reivindicar mais valores, mas sim de tratar outras questões sobre as finanças locais, questões essas que se vão arrastando e que são debatidas, às vezes, em mais do que um Congresso, admitindo que algumas delas já foram sendo resolvidas. Referiu que, como é sabido, muitas vezes a reivindicação é infrutífera, sendo, no entanto, este o papel dos Autarcas.

Respondeu-lhe o senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo que mais do que abordar as questões é perceber se o Governo e o senhor Primeiro Ministro estão sensibilizados para estas temáticas, realçando que esta sensibilização foi efetivamente conseguida no Congresso, o que lhe apraz registar.

O senhor Presidente da Câmara Municipal prosseguiu depois a sua resposta às questões inicialmente postas pelo senhor Vereador, abordando o assunto respeitante ao Fundo Revive Natureza, concordando com a posição expressa por este último, quando referiu que este projeto é desenhado para responder também a algumas fragilidades das economias locais, dos territórios de baixa densidade, e que este projeto tem este *plus*, de ter de ser feita a articulação do alojamento local, no contexto da reabilitação dos edifícios, com aquilo que são os produtos locais de Melgaço e com as demais estruturas que trabalham a área do turismo, particularmente do turismo de natureza. Referenciou que se está no âmbito geográfico do Parque Nacional de Peneda Gerês, uma vez que oito desses imóveis se situam nos limites da União das Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, apenas um deles se localizando na freguesia de São Paio.



Concordou, igualmente, com o senhor Vereador quando este afirmou que todos tinham a responsabilidade, dentro do seu conhecimento, e por serem naturais ou residentes no território, de sinalizar outros imóveis, pois que se está a falar da recuperação e da restauração da dignidade de edifícios que a perderam, por deixaram de ter a utilização a que tradicionalmente estavam afetos, que era a de gestão e proteção florestal e de salvaguarda dos nossos limites geográficos. Sobre a afirmação feita pelo senhor Vereador José Adriano Lima, de que todo o trabalho de identificação dos imóveis já está feito, o senhor Presidente da Câmara Municipal refutou-a, afirmando que esse trabalho não está todo feito, não existindo um levantamento exaustivo desses imóveis, pois que, se assim fosse, e como adiantaram os dois administradores executivos do Fundo Revive Natureza que estiveram presentes, já poderiam ter sido acoplados a este concurso outros imóveis, considerando, no entanto, que é um trabalho a desenvolver e que foi até lançado um desafio, por parte da Dr.ª Rita e do Dr. Riscado, para que essa sinalização contínua se fizesse, a fim de poder agregá-los num momento ou concurso futuro. Ainda sobre este assunto, e relativamente à afirmação feita pelo senhor Vereador José Adriano Lima, o senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o prazo da concessão é de vinte e cinco anos, e não de trinta, podendo vir a ser prorrogado, uma vez que o Fundo Revive Natureza não irá, certamente, no fim do prazo da concessão, querer retomar esses imóveis para os gerir ou administrar diretamente. Realçou que o objetivo é colocá-los no mercado, ao serviço da economia local e ao serviço do público geral. Informou que no seguimento de algumas interpelações que foram feitas à mesa pelos participantes se colocou a questão da rentabilidade, porque as pessoas referem estar a investir num património que não é delas, explicando que o que resulta da experiência que a este nível resulta do que vai acontecendo pelo país fora, relativamente a outros edifícios desta natureza e que já foram recuperados, é a de que ao fim de dez a doze anos se consegue recuperar o investimento feito, e, a partir daí, ter uma rentabilidade acrescida.

Na sequência da exposição destes factos por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal o senhor Vereador José Adriano Lima pediu licença para acrescentar que existe financiamento para fazer as obras, se for o caso, e que, para fazer esse investimento, em vez de ter que recorrer ao crédito, existe financiamento com condições muito melhores que as da banca, concluindo que, ainda assim, alguns dos investidores preferem a compra.

Prosseguindo o que vinha afirmando o senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que é verdade que estes investidores têm um financiamento ao seu dispor que, tal como acontece na banca, exige a prestação de garantias e a devolução do capital, sendo certo que neste caso o *plus* é relativamente às garantias, que não são tão exigentes, e também à taxa de juro, tendo neste ponto os membros executivos do Fundo Revive Natureza referenciado que ainda há cerca de um mês atrás haviam outorgado a escritura de compra e venda de um desses imóveis, em que os adquirentes haviam recorrido ao crédito bancário, sendo que a taxa de juro a pagar rondava os 9 a 10%, o que em muito supera a taxa de 0,50%, que constitui uma vantagem muito grande. Informou, também, que a questão da morosidade foi igualmente levantada na cerimónia realizada no Auditório da Porta de Lamas de Mouro, questão sobre a qual alguém perguntou o porquê de com dezenas de imóveis e quatrocentas e trinta e seis propostas apresentadas no âmbito dos concursos, haver apenas, presentemente, cerca de uma dúzia de edifícios recuperados.



Explicou que a este respeito foi veiculada a questão do processo burocrático, das exigências ao nível dos cadernos de encargos dos concursos (que têm vários fatores qualitativos, designadamente a integração com a economia local e com os produtos endógenos, e fatores quantitativos, relacionados com o prazo de execução das obras e com o valor da renda proposta), e, por fim, do processo do licenciamento nas câmaras municipais, pois que tem de ser dada entrada, nas câmaras municipais, por parte dos promotores, dos projetos de arquitetura e de especialidades, sendo que muitas vezes a celeridade com que se decidem estes processos não é a mais desejável. Mais disse que na realidade do Parque Nacional Peneda Gerês existem outras condicionantes, que se prendem com os instrumentos de ordenamento do território do próprio Parque e com a necessidade da obtenção dos pareceres do ICNF.

Ainda relativamente a este assunto o senhor Presidente da Câmara deixou uma outra nota, quanto ao eventual interesse da comunidade melgacense no que concerne à apresentação de propostas, e ao interesse nestes projetos. Informou que foi inclusive colocada, por parte do senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, a possibilidade de os próprios Baldios concorrerem, o que na sua opinião não seria, *a priori*, possível, por não estar dentro do objeto social, do escopo, da natureza dos baldios, tendo sido posteriormente esclarecido, por parte dos administradores executivos da Fomento Fundos, que os baldios não podem efetivamente concorrer, tendo que ser particulares, consórcios ou empresas privadas a fazê-lo. Concluiu este assunto, dizendo que o prazo do concurso que começava naquele exato dia 26 de dezembro se prolongaria por 45 dias, ou seja, até 31/01/2026.

Relativamente ao assunto da CCDDR-N e à questão da regionalização levantada pelo Vereador José Adriano Lima o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que esta questão contende com um processo que já tem barbas, que tem tido avanços e recuos, e que poderá ou não vir a avançar, entendendo que há quem a defenda, por uma questão de exercício de proximidade para com as populações, mas que também há quem entenda que seria criar ainda mais gorduras ao Estado, implementando estruturas que não fossem eficientes e produtivas. Informou que as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional respondem em grande medida a esta preocupação, que também subjaz ao processo da regionalização, tratando-se de parceiras dos municípios e trabalhando com eles nesta política de proximidade, sendo muito importantes, por ser através delas que passam os fundos comunitários e os dinheiros que podem ajudar os Municípios a fazer investimento.

Passando à questão da reunião com o IHRU, relatou que devido à necessidade e à urgência foi agendada já para o dia 22 de dezembro, estando previsto vir e ter lugar em Ponte de Lima, informando que, pela importância de que se reveste, fazia questão de nela marcar pessoalmente presença, em detrimento de outros compromissos que já tinha em agenda e que tiveram que ser adiados, designadamente compromissos que têm a ver com obras que estão a decorrer no território e com a reunião pedida pela senhora deputada Dr.^a Marina Gonçalves.

Quanto ao tema do CVTT 3AR, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que já se fez um contacto, no dia anterior ao da reunião em curso, com a CCDDR-N, em articulação com o senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima, estando em cima da mesa a possibilidade de se introduzirem ajustes na candidatura, respondendo àquilo que são as reservas da parte do painel

de peritos, as quais se prendem, para além da já referida amplitude do programa de intenções, com a questão do Pólo de Melgaço, sobre o qual aquele painel de peritos entende não poder haver esta dualidade de instalações, em Ponte de Lima e Melgaço. Informou que foram colocadas reservas acerca da previsão de se criar, em Melgaço, um HUB ligado à ciência e ao conhecimento, para o que seria preciso trazer técnicos eventualmente da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), o que se perspetiva não vir a ser fácil.

Sobre esta informação o Vereador José Adriano Lima referiu que, por exemplo, o Projeto Nutrir já teve técnicos de fora, em Melgaço, ao que o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que se é verdade que estiveram técnicos do Nutrir em Melgaço, atualmente, mesmo sem trabalho visível no terreno é a Câmara Municipal que se encontra a pagar parte do salário de um deles e que a questão é a de saber quais foram os resultados práticos deste projeto para o concelho. O senhor Presidente da Câmara Municipal adiantou, neste particular, que não é intenção do atual Executivo que o CVTT 3AR venha a constituir mais uma despesa, com investimento e recursos humanos afetos, mas sem que o projeto tenha uma vertente de pragmatismo e de produção de resultados, preocupação esta que já teve a oportunidade de partilhar com o senhor professor Carlos Rodrigues, do IPVC, e com o professor Nuno Brito. Comunicou ser a favor deste projeto, mas com esta preocupação, a ele associado, de que venha a ter um real impacto em termos práticos.

Ainda sobre este ponto o senhor Vereador José Adriano Lima concordou integralmente com o senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que pese embora não tenha acompanhado o projeto de perto, tem conhecimento de que foram feitos trabalhos, não só em Melgaço, mas também no vizinho concelho de Monção, na parte dos vinhos tintos, e no concelho de Caminha, mais relacionados com a flora.

Nesta linha a senhora Vereadora Verónica Solheiro interveio dizendo ter existido, na pecuária, a valorização da carne cachena, fruto do trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto Nutrir, ao longo destes últimos anos, com sensibilização para o seu consumo, por parte das pessoas.

Interveio novamente o senhor Vereador José Adriano Lima, referindo que até os apoios para o setor pecuário foram preparados com o apoio desses técnicos. Prosseguiu, dizendo que gostaria de ver mais e que, às vezes, o difícil não é atrair estes quadros, mas sim mantê-los e, nessa sequência, ou se desiste e não se tem cá nada ou então se tenta criar condições para que eles se sintam atraídos para vir para o território. Considerou ser este o desafio que estava implícito neste CVTT.

O senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou, a este respeito, concordar com a necessidade de criação de condições para que os técnicos venham, fiquem, trabalhem e produzam resultados.

Passando à questão da neve e da circularidade pelo Caminho das Veigas o senhor Presidente da Câmara referiu que já se fala desta situação, de Castro Laboreiro, há muitos anos a esta parte, considerando que os constrangimentos no trânsito são agravados pela impreparação das pessoas que nos visitam aquando da queda de neve, as quais se fazem transportar em carros ligeiros, sem correntes, estacionando em qualquer lado, às vezes ocupando parcialmente a plataforma da

estrada, interrompendo o trânsito, provocando atascamentos. Informou que a via que permite a circularidade já está criada, passando através do Caminho das Veigas, indo depois ter à zona do Centro Cívico e que a solução passará pela sinalização deste circuito de circulação.

Nesta parte interrompeu novamente o senhor Vereador José Adriano Lima, dizendo que esta via foi já beneficiada com este intuito, para além de servir a comunidade no dia-a-dia, e que já estavam desenhadas as zonas de sinalização, as zonas de estacionamento e as zonas de circulação alternativa, restando, apenas, passar do papel para a realidade.

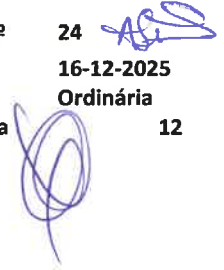
Finalmente, quanto à Festa do Espumante o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o *feedback* que teve da parte dos produtores, e particularmente dos produtores de vinho, foi muito positivo, referido que lhe foi comunicado que alguns deles tiveram, inclusive, necessidade de, durante cada jornada, e esgotadas as unidades que tinham disponíveis no *stand*, se deslocar às suas adegas para ir buscar mais vinhos espumosos. Considerou, pois, tudo ter corrido muito bem, referindo que no sábado a tenda esteve completamente cheia de visitantes e que mesmo na sexta-feira estiveram presentes mais pessoas do que o habitual. Referiu que a sua perceção foi a de que o evento teve este ano mais afluência do que no ano passado e a festa acabou em beleza, no domingo à tarde, com a atuação dos artistas locais e a presença das crianças da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, que proporcionaram um momento muito apelativo e culturalmente produtivo.

Pese embora o senhor Vereador José Adriano Lima ter referido que estas iniciativas com artistas locais já tivessem sido promovidas pelos anteriores Executivos o senhor Presidente da Câmara Municipal clarificou que tal aconteceu fundamentalmente porque esta era uma reivindicação dos eleitos do Partido Social Democrata desde há muitos anos a esta parte.

Ainda sobre a Festa do Espumante o senhor Vereador José Adriano Lima referiu que esteve presente no sábado à noite, tendo considerado ter estado tudo muito bem e que no resto do fim de semana disse ter havido, tal como noutros anos, momentos de pico e outros nem tanto assim. Informou que um ou outro produtor lhe chegou a manifestar preocupação com as vendas, o que considera poder ter sucedido num ou noutro caso mais pontual. Ainda assim, disse ficar contente com o facto de o senhor Presidente da Câmara Municipal ter falado com todos os produtores e daí ter resultado um balanço positivo.

Finda a intervenção do Senhor Vereador José Adriano Lima o senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra à senhora Vereadora Verónica Solheiro que, no uso dela, começou por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, o público presente na sala da reunião e o público que a ela assistia via *online*.

Prosseguiu dirigindo um agradecimento aos cinco grupos corais que participaram no Encontro de Coros, no sábado anterior, no Convento das Carvalhiças. Referiu ser uma atividade que tem sido desenvolvida ao longo dos últimos anos e que mostra um bocadinho do bom que se sabe fazer em Melgaço. Considerou que este evento deixou alguma magia, alguma alegria e que teve muito convívio. Por tudo isto deixou um agradecimento ao Coro Catequético Paulo VI, ao Coro de Santa Bárbara, ao Coro Paroquial de Parada do Monte, ao Canto Jovem e ao Coro Paroquial da Vila.



Sobre esta intervenção o senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu à senhora Vereadora por ter dado nota do encontro de coros e acrescentou que o Executivo reconhece o trabalho notável que foi feito por parte da organização, agradecendo, também, ao Padre Arcélio por facultar o espaço do Convento para alojar a iniciativa. Referenciou que o Executivo fez questão de marcar presença com os três membros em exercício de funções. Disse ter sido um evento extremamente valioso, aglutinador, que levou à enchente do espaço. Mais considerou que tem havido um acréscimo de qualidade nas atuações, realmente difícil de superar em anos vindouros, e que este Encontro de Coros é um dos momentos mais altos daquilo que é a programação de Natal do Município. Dirigiu, consequentemente, um bem-haja a todos aqueles que o prepararam, tendo destacado, a este nível, a Manuela, que preparou quatro dos cinco Coros, e ao Joel, que preparou o Coro de Parada do Monte.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

352. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n. 923 de 27-11-2025.

O Executivo deliberou, por unanimidade dos membros com direito de voto, a aprovação da Ata n. 923 de 27-11-2025, não tendo participado na votação a Vereadora Verónica Solheiro por não ter estado presente na respetiva reunião.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

353. Justificação de faltas.

Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

354. Presente para efeitos de aprovação o apoio no domínio do consumo energético, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que foram apresentados vários pedidos de apoio, concretamente para crédito habitação/arrendamento, no domínio da saúde e do consumo energético. Lembrou que existe um regulamento municipal de concessão deste tipo de apoios, e que foi feita a prévia avaliação dos pedidos por parte dos serviços técnicos da ação social, tendo os mesmos apurado que este agregado familiar, sem filhos, tinha um rendimento mensal de 2.071,00 Euros, facto pelo qual entenderam que, em face destes rendimentos, não seria de conceder o apoio solicitado.

Tendo colocado este assunto à discussão, tomou a palavra o senhor Vereador José Adriano Lima que propôs a votação em conjunto dos assuntos nºs 354 a 358, por se tratar de pedidos de apoios sociais em que existem informações dos serviços, sendo que em dois deles é proposta a não atribuição e nos demais é proposto o respetivo deferimento. Sugeriu, assim, que se votassem todos estes assuntos em conjunto, de acordo com as respetivas informações técnicas.

A esta sugestão acedeu o senhor Presidente da Câmara Municipal, bem como os demais Vereadores presentes, tendo esclarecido que, apesar de o sentido de voto ser diferente em cada um dos assuntos em discussão, seria de seguir aquilo que é proposto pelos serviços, aprovando ou indeferindo, por unanimidade. O resultado da votação foi, pois, o que se segue.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 13231 de 25-11-2025 e no uso da competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o indeferimento da petição do requerente.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

355. Presente para efeitos de aprovação o apoio no domínio do consumo energético, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 12674 de 12-11-2025 e no uso da competência prevista na alínea u), n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da atribuição de apoio no domínio do consumo energético, no valor de 45,31€.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

356. Presente para efeitos de aprovação o apoio no domínio da saúde, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 12685 de 12-11-2025 e no uso da competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação de atribuição de apoio no domínio da saúde, no valor de 100,00€.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

357. Presente para efeitos de aprovação o apoio ao arrendamento/crédito habitação, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 13161 de 21-11-2025 e no uso da competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o indeferimento da petição do requerente.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

358. Presente para efeitos de aprovação a proposta de apoio económico no âmbito da ação social, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 13532 de 05-12-2025 e no uso da competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação de atribuição de apoio económico no âmbito da ação social, no valor de 280,00€.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

359. Ofício da Associação C.R.D. Melgaço Radical, a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 2.500,00€, para fazer face às despesas relativas ao desenvolvimento do Plano de Atividades de 2025. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este pedido o senhor Presidente da Câmara Municipal lembrou que o mesmo já deu entrada na Câmara em 6 de janeiro de 2025 e que somente agora veio parar à mesa da reunião, por certamente apenas agora existir cabimentação orçamental para o efeito. Referiu que se encontra junto com este pedido um elenco das atividades que a Associação Melgaço Radical se propunha fazer ao longo do ano, incluindo um evento que se vai realizar dentro em breve, que é a descida do Pai Natal no Rio Minho, em *rafting*, a ter lugar no próximo fim de semana. Informou que os serviços informaram no sentido de que este pedido estava em condições de ser deferido, e pelo valor pedido, ou seja, de 2.500,00 €uros. Após esta apresentação o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou este assunto a discussão, a quem quisesse intervir, tendo pedido a palavra o senhor Vereador José Adriano Lima, que referiu que esta Associação já tem muitos anos e que desempenha um papel importante na comunidade melgacense, facto pelo qual deve, na sua opinião, continuar a merecer o apoio da parte do Município.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 12559 de 10-11-2025 e no uso da competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 2.500,00€, para as despesas relativas ao desenvolvimento do Plano de Atividades de 2025.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

360. Ofício da Associação Cultural e Recreativa S. Tiago de Penso, a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 1.500,00€, para execução das atividades previstas para o ano de 2025. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Quanto a este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que está em causa uma outra associação, a Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Santiago de Penso, uma agremiação com uma grande vitalidade e com um ambicioso elenco de atividades a desenvolver ao longo do ano, com grande aglutinação da parte da população, de Penso e não só. Sobre esta Associação lembrou que no dia 20 de dezembro iria ter lugar a Alumiada a São Tomé, e que aquele pedido de comparticipação, no valor de 1.500,00 €uros, correspondia a uma parte do orçamento da Associação. Elucidou que os serviços também propõem o deferimento deste pedido, que já deu entrada em julho de 2025.

Colocado o assunto à intervenção de quem quisesse intervir, pronunciou-se o senhor Vereador José Adriano Lima que disse conhecer esta Associação e que já teve a oportunidade de participar em várias atividades. Referiu considerar que este tipo de atividades é muito importante para a comunidade melgacense e que se deve dar bastante relevância à dimensão cultural, que sabe que é uma das ambições que esta associação tem, e que, na sua opinião, deve explorar, por saber que tem potencial para tanto.

Nesta sequência, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o trabalho desenvolvido pelas associações é muito meritório e muito necessário, destacando este, em particular, porque vive de muito voluntariado, desenvolvendo um trabalho intensivo e muito acutilante, levado a cabo pelos membros da direção e seus associados. Deu nota de que cada uma das pessoas que participam nas atividades contribui com uma sobremesa, com um produto local, com uma garrafa, que as quotas dos associados são pagas e que todos aqueles que participam nas atividades também contribuem monetariamente. Referiu que ele próprio já participou em algumas, fazendo questão de contribuir, porque considera que não é fácil desenvolver um plano de atividades tão ambicioso com os poucos meios ao dispor. Realçou que é obrigação do Município apoiar, assinalando a grande vida que esta associação aporta, quer à freguesia, quer ao concelho.

Pronunciou-se sobre esta intervenção o senhor Vereador José Adriano Lima, no sentido de que estas coletividades não podem funcionar apenas com voluntariado, pese embora o facto de existirem bons exemplos disso, como é o caso da Batela, em Alvaredo, e de outras associações existentes em Castro Laboreiro e noutras freguesias do concelho, deixando votos de que todas elas sigam esse bom caminho, porque o sucesso delas é certamente o sucesso da comunidade melgacense.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 12562 de 11-11-2025 e no uso da competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 1.500,00€, para execução das atividades previstas para o ano de 2025.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

361. Presente para efeitos de ratificação a aprovação da emissão de parecer para a passagem pelo concelho de Melgaço da prova desportiva Extreme 90K, no dia 6 de dezembro de 2025, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Acerca deste assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Melgaço referiu que o mesmo vem à ordem de trabalhos para efeitos de ratificação, tal como consta da informação. Informou que esta prova já foi realizada no dia 6 de dezembro de 2025, não tendo sido possível, por parte dos serviços, trazê-lo a reunião da Câmara em momento anterior. Referiu estar em causa uma autorização à organização desta prova, 90 K, que são 90 km em linha, no Parque Nacional da Peneda Gerês, unindo as localidades de Castro Laboreiro e da Vila do Gerês. Referenciou que o que está em causa é a ratificação desta autorização e também a isenção da taxa respetiva.

Colocado o assunto à discussão pronunciou-se o senhor Vereador José Adriano Lima, dizendo que esta prova já não é nova e que é organizada pelo Carlos Sá, que é uma referência a nível nacional e mesmo Internacional na área do atletismo em geral e no mundo do *trail* em particular. Considera-o um bom parceiro e respeita a sua forma de trabalhar, com o qual entende que o Município deve continuar a manter parceria. Colocou, depois, a questão, ao senhor Presidente da Câmara Municipal de saber qual o impacto local desta prova, qual o número de participantes, se teve noção do impacto que teve a nível do alojamento, cafeteria e restauração, e também a nível dos *media*, no sentido de se fazer uma avaliação por forma a perceber se efetivamente faz ou não sentido apoiar este tipo de evento.

A estas questões respondeu o senhor Presidente da Câmara Municipal, dizendo que o Executivo teve oportunidade de se reunir com o Carlos Sá, em momento anterior ao da realização da prova, e que aquilo que esteve em cima da mesa foram duas situações: a primeira relativa ao pedido de pagamento dos valores aprovados em edições anteriores, e cujo pagamento não se mostra efetuado, e a outra respeitante à continuidade da prova. Informou que o compromisso que para o futuro foi assumido entre a Câmara e o Carlos Sá, compreendendo e agradecendo este último a frontalidade na exposição das dificuldades no apoio financeiro, foi a organização da prova pelo último e colaborando o Município em tudo aquilo que for necessário, em termos logísticos, de licenciamentos e de isenção de taxas, sem comprometimento na concessão de apoios financeiros para as próximas edições.

Relativamente à questão do impacto deste evento o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que já muitas vezes em reuniões da Câmara e até de Assembleia Municipal foi perguntado, ao anterior Executivo, qual era o impacto, quais eram os valores que eram deixados no território, questões essas a que nunca foi dada resposta, confessando não ser muito otimista com relação aos valores de faturação da economia local em função destas provas, cujos participantes não permanecem entre nós por dias.

Tomou a palavra o senhor Vereador José Adriano Lima, dizendo que o Município deveria tentar manter a relação com o Carlos Sá, mas no caso de se perceber que esta prova não tem impacto económico, deverá sentir-se confortável para tomar a decisão de não continuar com ela.

Quanto aos estudos de impacto económico referiu que o anterior Executivo não os costumava fazer, mas que era costume fazer-se, muitas vezes, análises com base em determinados indicadores, como taxas de ocupação, por exemplo, das unidades hoteleiras, tendo sido inclusivamente feitos contactos com a restauração, no sentido de se perceber



se tiveram muita gente. Considerou ser importante, na medida do possível, tentar recolher-se esta informação.

A esta reflexão o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que é obviamente muito importante conhecer o impacto económico destas provas no território, sendo certo que os agentes que trabalham na restauração, no turismo e no alojamento não vão dar uma parte do bolo, daquilo que recebem, em função do investimento que a Câmara faz. Referenciou que existem muitas variáveis a considerar, tendo dado como exemplo o facto de tradicionalmente não haver grande recetividade da parte do Hotel Monte de Prado para acolher nessa unidade hoteleira as equipas que vinham estagiar no Centro de Estágios, pois era apresentado um preço por quarto que tornava difícil que as equipas ficassem aí alojadas, mas que, não obstante isso, a média de ocupação é na ordem dos 80%, significando isto que não é o facto de virem para cá as equipas estagiar que automaticamente implica uma maior ocupação.

Uma vez que o senhor Vereador José Adriano Lima falou na prova do Granfondo o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que também se encontram a avaliar esta prova, uma vez que a mesma já teve cerca de 2.100 participantes e que nesta última edição já registou menos de 1.000, cerca de 900. Mais referiu que o Zeferino, que está à frente da empresa que a organiza, resolveu criar mais dois ou três Granfondos, inclusive em Viana do Castelo e na zona de Trás-os-Montes, e que desde que tal aconteceu a prova de Melgaço ficou de certa forma desvalorizada, cada vez com menos participantes. Informou, ainda, que quer o Executivo de Melgaço, quer o de Monção, não escondem o seu descontentamento pelo facto de o organizador da prova, que recebe 50.000,00 €uros das duas câmaras, assim como o valor das inscrições, e os patrocínios, ter recebido também, nas últimas edições, uma verba do Turismo do Porto e Norte, que não comunicou aos municípios, contrariamente àquilo que deveria ter feito, dando nota de que em tempos essa verba do Turismo do Porto e Norte entrou no Município e foi contabilizada, levando a só ter de se pagar o diferencial entre os 50.000,00 €uros e a verba recebida, sendo certo que desta vez esse recebimento foi ocultado. Informou que o Zeferino também cortou numa outra despesa, no valor de cerca de 10 a 12.000,00 €uros, referente à oferta dos *jerseys* aos participantes. Considerou que é necessário refletir e que este parceiro não pode ter apenas como desiderato o negócio, onde se quer ganhar tudo e mais alguma coisa. Aludiu que os municípios, e particularmente o de Melgaço, se depara com grandes constrangimentos de ordem financeira e que esta questão das verbas a afetar a estas provas também tem que ser levada em linha de conta, particularmente quando em função de outras escolhas, de outras provas, noutros lugares, se veem estes eventos a ser desvalorizados e a registarem uma redução, designadamente em termos de participação, considerando ser verdade que quem costuma participar neste tipo de provas por vezes, não podendo ir a todas, começa por fazer opções, indo, por exemplo, à de Viana do Castelo em detrimento da de Melgaço. Informou que em função desta realidade, que é atual, é necessário reavaliar, estar-se atentos, e, em cada momento, decidir sobre a manutenção ou não destes certames.

Na sequência desta explicação pediu a palavra o Vereador José Adriano Lima, que quis fazer um breve comentário sobre a prova Granfondo, dizendo que esta é uma matéria que os anteriores Executivos tiveram em análise, porque, efetivamente, começou a haver um decréscimo na procura. Referiu que nas duas primeiras edições houve muita procura, sendo, até, um dos eventos desportivos com maior impacto económico nos territórios de Melgaço e de Monção, sendo certo que, depois, com o passar do tempo, foi-se verificando um decréscimo pelas razões que o senhor Presidente já foi apontando. Por este motivo concordou que deve ser feita esta análise e perceber se continua a haver interesse na sua realização. Disse, ainda, que o facto de ser realizada uma prova destas em Viana do Castelo não retira o espaço da prova de Melgaço. Informou que nos últimos anos os anteriores Executivos tentaram, de alguma forma, introduzir aqui a dimensão transfronteiriça, o que considera que poderia ser um atrativo, que teria que ser organizado de outra maneira, por forma a que os municípios galegos comparticipassem a nível financeiro.

O senhor Vereador José Adriano Lima pronunciou-se, de seguida, sobre a questão levantada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente ao Hotel Monte de Prado e ao facto de as equipas que vêm estagiar para Melgaço ficarem lá alojadas ou não. Disse, nesta sequência, que é do conhecimento público a existência de um protocolo entre o Município e o Grupo Casais, em que aquele tinha, inclusivamente, direito a uma percentagem do valor do alojamento, o que já há muitos anos, num período de maiores constrangimentos, deixou de ser exigido. Mais aludiu que é sua opinião que um dos calcanhares de Aquiles do Complexo Desportivo é precisamente o preço do alojamento. Disse que o alojamento é de qualidade, é bom, está ali ao lado, é valorizado pelas equipas porque elas saem a pé da unidade hoteleira para o campo de treino, mas o preço do alojamento com refeições incluídas era inflacionado e limitava o acesso do mercado consumidor. Destacou que na atualidade existem mais ofertas, de igual nível ou até de nível superior, mais concretamente a unidade hoteleira que também está muito próxima do Complexo Desportivo (a 3 km), adjacente a umas termas, que tem tudo para ser mais uma oferta de qualidade para o público do Complexo Desportivo de Melgaço.

Para rematar este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal deixou mais duas notas: uma delas no sentido de informar que já teve oportunidade de se reunir com o Diretor do Grupo Casais, ligado à área do turismo, o senhor Eng.º Miguel, e também com o responsável do hotel, o Hélio, procurando sensibilizá-los para uma maior receptividade no acolhimento das equipas e clubes que nos procuram, não tendo aqueles deixado de reconhecer que a receptividade poderá ser melhorada para se acolherem as equipas que procuram o Centro de Estágios.

Como segunda nota, e relativamente à questão da possibilidade de cooperação transfronteiriça na organização e realização da Prova do Granfondo, que nesta última edição teve uma parte do seu percurso em estradas do lado espanhol, lembrou o risco agravado da ocorrência de acidentes, uma vez que o trânsito não é ali regulado, e que um outro motivo para não se aplaudir a organização deste evento do lado espanhol é a ausência de policiamento, podendo ter sido este objetivo de diminuir custos, que é um dos

principais encargos com uma prova destas, que levou a organização da prova na última edição a decidir realizar uma parte do trajeto do lado galego.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 13408 de 02-12-2025 e ao abrigo da competência prevista no n.º 3, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar a aprovação da emissão de parecer favorável, para a passagem pelo concelho de Melgaço da prova desportiva Extreme 90K, no dia 6 de dezembro de 2025.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

362. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a isenção do pagamento da taxa anual aplicável às ocupações do espaço público, que ficará anexa a esta ata. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o que se propunha, e que teria que ser posteriormente levado à aprovação da Assembleia Municipal, a ter lugar no próximo dia 19 de dezembro, era a isenção de taxas municipais pela ocupação dos espaços de domínio público, uma medida de estímulo ao comércio e aos agentes económicos locais.

Colocado este assunto à discussão, pronunciou-se o senhor Vereador José Adriano Lima, que começou por dizer que não é uma medida nova, que se introduziu na sequência da pandemia, mas que se tem mantida como estímulo à economia local, fazendo sentido mantê-la.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 13591 de 09-12-2025 e no uso das alíneas a), b), e e), do n.º 1, do artigo 2.º, do Regulamento Municipal de Ocupação do Domínio Público, até 31 de dezembro de 2026, ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 23.º, da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, e da alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 1, do artigo 142.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a isenção do pagamento da taxa anual aplicável às ocupações do espaço público.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Gabinete de Projetos

363. Presente para efeitos de aprovação a liberação total da garantia bancária do contrato n.º 60/2023 da empreitada de "Conceção - construção das ações previstas no projeto de investimento N.º 87 - requalificação da zona industrial de Penso", que ficará anexo a esta

ata. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente a este assunto, deu nota de que se está a falar da Área de Acolhimento Empresarial de Nova Geração, neste caso a requalificação da Zona Industrial de Penso, uma empreitada que está prestes a ser terminada. Referiu que o que está em cima da mesa é a libertação total da garantia bancária que foi prestada pela instituição bancária BPI, uma garantia à primeira solicitação, e que visava garantir um adiantamento que, no âmbito do contrato nº 60/2023, foi feito por conta desta empreitada, na ordem dos 6.700.000,00 €uros. Informou que neste momento a obra executada já orça em cerca de 9.000.000,00 €uros, tendo sido já feita, em julho deste ano, uma libertação parcial desta garantia, no valor de 3.500.000,00 €uros, faltando agora cerca de 3.225.000,00 €uros. Acrescentou que tendo em conta os trabalhos já realizados entendem os serviços, indo a informação técnica nesse sentido, de que esta garantia bancária deve ser libertada.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 13445 de 03-12-2025 e ao abrigo do n.º 2, do artigo 295.º, do CCP, a aprovação da libertação total da garantia bancária n.º GAR/24300648, emitida pelo Banco BPI, SA, com um montante ainda vivo de 3.225.665,73 EUR (três milhões, duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco euros e setenta e três cêntimos), bem como, delegar no Sr. Presidente da Câmara Municipal a faculdade de introduzir alterações à minuta em anexo ou aprovar outros trâmites administrativos, sem necessidade de nova deliberação por parte da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

364. Presente para efeitos de aprovação o pedido de substituição de retenções para reforço de Caução por Garantia Bancária - Contrato n.º 60/2023, que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que se está a falar da mesma obra que foi referida no assunto anterior, e de retenções que, em função daquilo que é contratual e legalmente previsto, têm que ser feitas em cada um dos autos de medição inerentes a esta empreitada, que são de 5%. Informou que há verbas já retidas, de acordo com o último auto de medição, que é o n.º 14, no valor de 444.000,00 €uros, e que há verbas a futuramente reter. Disse que o que aqui se propõe é a libertação dos valores retidos e daqueles que se viriam a reter até ao final da empreitada a troco da prestação de uma garantia bancária também à primeira solicitação, o que significa que o Município ficará sempre garantido relativamente a esta empreitada, no valor remanescente.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 13425 de 03-12-2025 e no uso e para efeitos do n.º 2, do artigo 353.º, do CCP e Cláusula 6.ª/2 do Caderno de Encargos, autorizar a prestação de garantia bancária à primeira solicitação, conforme minuta em anexo, para substituição da retenção nos

pagamentos e, em conformidade, ordene a devolução dos montantes que já foram ou que ainda vierem a ser retidos até ao momento da apresentação da referida garantia bancária; devolução a efetivar logo que a garantia esteja efetivamente prestada.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Divisão de Gestão Municipal

365. Presente para efeitos de aprovação o Acordo de Resolução do Contrato de Promessa de Compra e Venda de Terrenos para levar a efeito a concretização do "Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis", que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o mesmo também é pública e sobejamente conhecido, tendo a ver com o projeto de construção de habitações a custos controlados, para arrendamento acessível, o chamado "Loteamento de Alvaredo", que criou uma celeuma enorme, que motivou reuniões entre as partes, entre as autarquias, Freguesia e Câmara, notas de esclarecimentos, abaixo-assinados, e até o recurso à via judicial. Informou que existiram dois protocolos, aprovados pelo Município, o primeiro em 30/11/2022, que, tanto quanto a informação técnica documenta, não chegou a ser outorgado pela contraparte. Referiu que, entretanto, se decidiu entrar em negociações com o proprietário do terreno, com quem se havia pactuado a aquisição, por via de contrato-promessa de compra e venda, de vários imóveis, rústicos e urbano, que perfaziam a área de cerca de um hectare. Mais informou que no seguimento da celebração desse contrato-promessa de compra e venda foi aprovado, pelo Município, em 29/11/2023, um segundo protocolo, este sim, outorgado em 24/11/2023, por via do qual o IHRU passou a assumir a posição contratual de promitente-comprador. Explicou que no leque das obrigações assumidas no âmbito desse protocolo à Câmara Municipal caberia a emissão do alvará de loteamento, mas que, uma vez que o contrato-promessa passou para o IHRU, se criou um conflito de titularidade no tocante à posição contratual e ao alvará de loteamento. Referiu que o processo se encontra parado, como consta da informação técnica, nunca mais tendo havido notícias da parte do IHRU, há cerca de dois anos a esta parte. Mencionou que esta questão já foi colocada em anteriores reuniões do Executivo e na Assembleia Municipal, tendo-se tomado conhecimento, no entretanto, que deixou de haver financiamento para este projeto. Mais explanou que a população não o quer acolher e que a Câmara não tem verbas para pagar os 250.000,00 €uros ao proprietário, neste caso, 245.000,00 €uros uma vez que 5.000,00€uros foram já pagos, a título de sinal. Indicou que se entrou em conversações com o senhor Delfim Alves, o qual propôs não só a perda do sinal por parte do Município, mas também o recebimento de uma verba acrescida, tendo-se, no entanto, conseguido chegar a um consenso, no sentido do que dita a lei e do que dita o contrato, consenso este que passa pela perda do sinal e pela reposição dos prédios nas condições em que existiam na altura em que deles o Município tomou posse. Informou que tal passa pela substituição de dois pilares na entrada que, em função da circulação de viaturas pesadas, foram danificados ou partidos, e por se limpar o terreno



daquele amontoado de resíduos e de detritos que lá foram colocados, alguns deles resultantes de obras que foram levadas a efeito na Freguesia de Alvaredo. Referiu que, atendendo aos *timings*, esta decisão da resolução sancionatória e da aplicação destas penalidades para o Município, que passaram pela perda do sinal e pela reposição do prédio no estado em que se encontrava, foi tomada pelo Executivo, vindo, agora, para ratificação. Interveio neste ponto o senhor Vereador José Adriano Lima que referiu que os Vereadores do PS eram a favor, não do projeto que estava inicialmente delineado, mas sim da sua revisão, feita em conjugação com a Junta de Freguesia, sendo essa a sua ideia para este terreno. Mencionou, contudo, que este terreno também poderia servir para aí instalar alguns equipamentos de interesse coletivo, o que, na sua opinião, igualmente beneficiaria a freguesia. Comunicou que o projeto do PS não passaria necessariamente por essa relação com o IHRU, mas sim por tentar encontrar financiamentos para implementar um projeto mais à escala concelhia. Por este facto, comunicou que mantém essa ideia, sem prejuízo de poder haver uma zona mais próxima do centro urbano da Vila, onde se procedesse a uma construção que desse resposta a estas necessidades que inicialmente chegaram a ser ponderadas para aquele local. Considerou a possibilidade de este terreno poder continuar a ser útil ao Município, naturalmente sem prejuízo de a relação com o IHRU se dar por cessada, uma vez que já há muito que este instituto não dava qualquer *feedback* e também porque as condições mudaram, uma vez que inicialmente tinha financiamento PRR e, portanto, com taxas muito interessantes, e depois já passou para um eventual financiamento através do BEI, não tanto bonificado, correndo-se o risco de não ter financiamento nenhum para fazer esta intervenção. Disse que na sua opinião continua a fazer sentido a Câmara Municipal adquirir este prédio e desenvolver um outro tipo de projeto, até porque este terreno é um terreno interessante, com uma dimensão considerável, com um determinado valor, que, entretanto, aumentou, fazendo apenas sentido que seja a Câmara Municipal a ficar com ele, quanto mais não seja para ter este ativo e usá-lo da melhor maneira.

Em resposta a esta intervenção do senhor Vereador José Adriano Lima o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não há quaisquer desenvolvimentos relativamente a este projeto, por parte do IHRU, há dois anos, e que o proprietário deste terreno se mantém há uns três anos nesta indefinição, encontrando-se sem o terreno e sem o dinheiro do preço acordado. Perguntou ao Vereador José Adriano Lima se quando fala que este terreno seria importante para a instalação de algum equipamento de utilização coletiva se tem alguma ideia concreta de qual. Considerou que mesmo que se tivesse em mente um outro projeto, que pudesse eventualmente ter financiamento por fundos comunitários para o implementar, não faria sentido continuar a manter, por resolver, um problema que existe há anos e que não é benéfico para nenhuma das partes, sendo certamente do conhecimento do senhor Vereador que o senhor Delfim Alves anda há muito tempo a interpelar a Câmara para ver a sua situação definida, o que até agora nunca havia sido conseguido, nunca tendo existido coragem para o fazer.

Tendo pedido novamente a palavra o senhor Vereador José Adriano Lima, veio reforçar a

opinião dos Vereadores do PS, no sentido de que este terreno fosse adquirido, tendo como prioridade a instalação de habitação noutros moldes diferentes dos que estavam previstos inicialmente, numa conjugação de interesses também da parte da freguesia, ou seja, daquilo que é a ambição e expectativa desta, ou, então, numa outra dimensão, acomodando, aí, algum tipo de equipamento público. Mais disse que independentemente do que vier a acontecer com o IHRU, é sua opinião que, ao contrário do que se propõe aqui, que é a resolução do contrato, o Município deveria adquirir o imóvel.

Nesta sequência o senhor Presidente da Câmara Municipal perguntou ao senhor Vereador José Adriano Lima para que efeitos seria a aquisição deste terreno e com que verbas, uma vez que não existe dotação para esta aquisição, insistindo em saber se aquele propunha o recurso ao Banco para comprar este terreno.

A esta pergunta respondeu a senhora Vereadora Verónica Solheiro, que referiu existirem necessidades habitacionais em Melgaço, por parte da classe média, às quais se poderia dar resposta, com a modalidade de venda e não de arrendamento, o que disse ter corrido muito bem no caso do Bairro da Senhora da Graça, onde se conseguiu que a classe média e os jovens pudessem ter uma habitação própria, a custos mais reduzidos do que aqueles que tinham no resto do mercado.

O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu aos Vereadores do PS para recordarem quantas reformulações este projeto já teve, tendo passado de cerca de 70 construções para 36, e lembrou-lhes que, se de facto defendiam a construção não das 70 habitações mas sim das 36, que era importante que tivessem executado este projeto, que tivessem arranjado o financiamento para ele, e que tivessem convencido a população de Alvaredo de que este projeto era bom para o freguesia, porque nada disto aconteceu.

Sobre esta reflexão a senhora Vereadora Verónica Solheiro mencionou que os dois Vereadores do PS ali presentes não têm nenhuma responsabilidade no Executivo anterior, ao que o senhor Presidente ripostou lembrando que o senhor Vereador José Adriano Lima fez parte do Executivo anterior, ocupando até o cargo de Vice-Presidente, lembrando ainda que a proposta dos senhores Vereadores do PS, para aquisição do terreno em questão, é conjunta, questionando-os, ainda, acerca de quantas habitações contemplava esta sua proposta e em que é que a mesma diferia do projeto que estava desenhado na sua última versão.

A estas perguntas respondeu o senhor Vereador José Adriano Lima, referindo que poderia até tratar-se de moradias unifamiliares, por exemplo, num número, talvez, de 10.

O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que, no seu entender, por onde a Câmara Municipal de Melgaço, e muitas outras Câmaras, deveriam ir era pegar em terrenos, desde que houvesse condições financeiras para os adquirir, loteá-los, infraestruturando-os, e depois colocá-los no mercado, pois aí não existiriam dúvidas de que haveria interessados em construir, devolvendo ao Município o investimento que este fez.

A isto a senhora Vereadora Verónica Solheiro alertou para o facto de ainda agora o

governo ter lançado medidas para apoio à habitação, tendo o senhor Presidente da Câmara referido que existem muitas medidas de apoio à habitação, sendo certo que nenhuma delas passa por dar dinheiro no imediato às câmaras para que estas sigam este percurso. Realçou estar de acordo com o facto de os municípios deverem ir por aqui, criando infraestruturação dos terrenos com potencialidade construtiva e colocando-os à disposição dos promotores imobiliários. Concluiu dizendo que, na sua ótica, com a aprovação deste acordo de resolução do contrato promessa de compra e venda se estavam, em concreto, a resolver três problemas: o do Município, o do proprietário do terreno e o da Freguesia.

O Executivo deliberou, por maioria, com dois votos contra, dos Vereadores do PS, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 13452 de 04-12-2025 e ao abrigo e para os efeitos da alínea g), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada, com o n.º 2, do artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, a aprovação da Resolução do Contrato de Promessa de Compra e Venda de Terrenos para levar a efeito a concretização do “Parque Público Habitação a Custos Acessíveis”, bem como do respetivo Acordo de Resolução.

Os Vereadores do PS, no prazo das 48 horas, apresentaram a declaração de voto que se anexa.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

366. Presente para efeitos de aprovação a Resolução do Protocolo de Cooperação Institucional no Domínio da Habitação entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., e o Município de Melgaço, outorgado em 24 de novembro de 2023, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que na informação interna dos serviços jurídicos, mais concretamente, na página 1 de 3, último parágrafo, existe um lapso no valor do terreno, que não é de 200.000,00 €uros, mas sim de 250.000,00 €uros, o mesmo se passando relativamente ao acordo de resolução, no ponto 3 da página 1. Referiu que este acordo de resolução de protocolo com o IHRU vem no seguimento do que se falou no assunto anterior e da decisão de resolução do contrato-promessa de compra e venda. Informou que também aqui existe a informação de que o processo está sem quaisquer desenvolvimentos e sem efetiva implementação há cerca de dois anos, sendo isto, portanto, uma consequência daquilo que foi a decisão anterior. Mencionou que não faz sentido manter este protocolo, quando não existe terreno, quando não existe financiamento para a aquisição do bem imóvel e quando não existe financiamento para a construção da habitação a custos controlados.

Na sequência da permissão dada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal para que quem quisesse intervir o fizesse, pronunciou-se o senhor Vereador José Adriano Lima, reforçando que, como a intenção dos Vereadores do PS sobre o projeto de habitação para

aquele terreno nada tinha a ver com o que está protocolado neste momento com o IHRU, iriam votar favoravelmente.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º13460 de 04-12-2025 e ao abrigo e para os efeitos da alínea r), do n. º1, do artigo 33.º, da Lei n. º75/2013, de 12 de setembro, resolver o Protocolo de Cooperação Institucional no Domínio da Habitação entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., e o Município de Melgaço, outorgado em 24 de novembro de 2023.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

367. Presente para efeitos de ratificação a aprovação da Resolução Sancionatória e Aplicação de Multa Contratual - Contrato n. º80/2025 "Requalificação do edifício multifamiliar de habitação social", que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Acerca deste assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que está em causa a empreitada relacionada com o edifício multifamiliar na Rua Doutor José Augusto César Esteves, onde se prevê construir nove frações, para efeitos de habitação social, tendo sido já adiantados, na anterior reunião de Câmara, os motivos da resolução do correspondente contrato de empreitada, que se prendem basicamente com a incapacidade de execução por parte da empresa empreiteira, com a questão do desrespeito pelo Plano de Segurança e Saúde aprovado, e com o não cumprimento do cronograma financeiro, motivos estes que puseram em causa a continuidade desta empreitada, que é financiada por fundos comunitários, e que tem que estar terminada em junho de 2026. Para exemplificar o grau de incumprimento por parte deste empreiteiro, informou que num dos meses anteriores o cronograma financeiro previa uma execução na ordem dos 80.000,00 €uros sendo certo que a empreiteira executou apenas 300 e tal euros, não havendo, portanto, condições para manter o contrato de empreitada que com ela havia sido celebrado. Informou ter havido reuniões com o empreiteiro, que tinha prometido que iria duplicar a equipa de trabalhadores. Indicou que os trabalhadores estavam ali a desenvolver os trabalhos basicamente à força de braços, sem o auxílio de máquinas. Informou que após se ter tomado a decisão camarária no sentido da intenção de resolução do contrato, foi posteriormente notificado o empreiteiro para efeitos de exercício do direito de audição, efetivamente foi exercido, mas em moldes e com argumentos que em nada vieram infirmar ou contrariar aquilo que eram os fundamentos da resolução. Informou que nesse seguimento o empreiteiro também pediu uma reunião ao executivo, a qual teve lugar, onde aquele prometeu, mais uma vez, que iria fazer aquilo que até então não havia feito, no sentido de recuperar o atraso, agilizando e aumentando a mão de obra, mas que a avaliação feita foi no sentido de que não havia as mínimas garantias de que isso viesse a acontecer, tendo presente o histórico de incumprimento e a anterior promessa, não cumprida, de reforço de meios, tendo, consequentemente, o Executivo, transformado esta proposta de decisão em decisão definitiva, a qual se traz agora a reunião da Câmara, para efeitos de ratificação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 13672 de 10-12-2025 e de acordo com as disposições conjugadas do n.º 3, do artigo 35.º, e da alínea f), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar a aprovação:

- A. Da resolução definitiva do Contrato n.º 80/2025, com os fundamentos presentes na informação 13594, de 05-12-2025, nos termos do disposto nas alíneas a) e f), do n.º 1, do artigo 405.º do CCP;
- B. Da aplicação, a título definitivo, da pena pecuniária, no valor de 79.453,59 EUR (setenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e três euros e cinquenta e nove cêntimos), com fundamento no desvio do plano de trabalhos, pelos factos descritos na informação n.º 12474, em cumprimento do estatuído no n.º 5 da cláusula 54.ª do Caderno de Encargos do procedimento.
- C. A cobrança de pena pecuniária referida no ponto anterior através:
 - C.1). Da execução da caução prestada, nos termos e para os efeitos da alínea a), do n.º 1 do artigo 296.º do CCP e n.º 4 da cláusula 54.ª do Caderno de Encargos do procedimento;
 - C.2). Da notificação para pagamento do valor remanescente da pena pecuniária, no prazo de 60 dias, a contar da data da receção desta notificação, mediante fatura a emitir em conformidade;
- D. A notificação do adjudicatário Bermarq – Bernardo Pinto Duarte & Marques Lda., das decisões definitivas expostas nos pontos anteriores (A, B e C).
- E. A informação ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. e à Autoridade para as Condições de Trabalho, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 405.º do CCP.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

368. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de Contração de Empréstimo de Curto Prazo até ao montante de 750.000,00€ para o ano de 2026, bem como a proposta de Relatório Final, que ficará anexa a esta ata.

Na apresentação deste assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal relatou que já veio à reunião da Câmara a abertura do procedimento para a contratação do empréstimo de curto prazo, que tem sido aprovado todos os anos. Mais referiu que já haviam sido adiantados os motivos justificativos da contratação deste empréstimo, que têm a ver com

a estabilização dos saldos de caixa, o fazer face a compromissos no âmbito da execução dos projetos com fundos comunitários, a redução da dívida global e a possibilidade de liquidação imediata de dívidas vencidas, no sentido de se tentar reduzir, pelo menos em parte, o prazo médio do pagamento a fornecedores. Indicou que, como é normal e legal, foi constituído um júri para análise das propostas, e que também vem, neste assunto, a discussão e deliberação a proposta de adjudicação, que passa por ser feita à instituição bancária BPI, por ter sido a que apresentou um melhor *spread*, de 0,02%, sem quaisquer comissões.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 12481 de 07-11-2025, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a adjudicação deste empréstimo ao Banco Português de Investimento, no montante de 750.000,00€, até 31-12-2026.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Presidência

369. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de alteração ao Contrato Programa e Contrato de Arrendamento da empresa Municipal Melsport, que ficará anexo a esta ata.

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que estes instrumentos foram elaborados no seguimento da chamada de atenção, salvo erro em 2015, por parte do Tribunal de Contas, naquilo que eram os subsídios à exploração que estavam a ser concedidos à Melsport, uma empresa 100% detida pelo Município de Melgaço. Comunicou que se trata de instrumentos diferentes, sendo um deles o contrato de arrendamento, em que fica como arrendatário o Município, que, por sua vez, cederá as instalações ao IPVC, em função do protocolo que tem com esta entidade, para laboração da Escola Superior do Desporto e Lazer. Disse que o outro instrumento é o contrato programa, o qual tem uma filosofia diferente, que passa pelo apoio que o Município presta ao desporto escolar e associativo, às associações locais, e aos próprios munícipes, passando o apoio, a estes últimos, por subsidiar 50% daquilo que são os preços tabelados da fruição das valências do Centro de Estágios. Referiu que todos estes valores foram ajustados em função daquilo que foi a utilização destas várias valências no ano de 2025, estando-se a falar de dois valores: o do contrato de arrendamento, de 325.493,00 €uros, e o do contrato programa, de 517.519,00 €uros, totalizando cerca de 843.000,00 €uros.

Tendo colocado este assunto à discussão dos demais membros do Executivo, pediu para falar o senhor Vereador José Adriano Lima, que disse que a informação adjacente ao presente assunto fala em alterações, colocando, seguidamente, a questão de saber quais são estas alterações. O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu-lhe, explicando

que as alterações têm a ver com o valor do contrato de arrendamento e do contrato programa, tendo sido feita uma atualização de 50,00 €uros relativamente ao contrato programa (eram 338.378,00 €uros, que passaram para 338.428,00 €uros). Lembrou que este assunto tem também que ser levado à Assembleia Municipal.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 5, do artigo 47.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de alteração ao Contrato Programa e Contrato de Arrendamento da empresa Municipal Melsport.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

370. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de fixação de taxas Municipais, que ficará anexo a esta ata.

Relativamente a este assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse tratar-se de uma proposta do Executivo, que também tem que passar pela Assembleia Municipal. Explicou que tem a ver aqui com o IMI, com o eventual lançamento de uma derrama, em termos de IRC, até 1,5% do lucro tributável. Informou que relativamente à derrama, o Executivo manteve a proposta de inexistência de derrama. Quanto ao IRS, que se manteria, também, a mesma percentagem, de 5%, e que relativamente ao IMI existem duas novidades: a proposta de acabar com a majoração de até 30% para os prédios em situação de falta de reabilitação, indo de encontro àquilo que sempre foi o posicionamento dos eleitos do PSD nesta matéria, pois que, de facto, o que se foi percebendo ao longo dos anos é que esta medida não ajudou à reabilitação do património urbano, podendo ser até contraproducente, por ser necessário distinguir situações de imóveis, muitos deles que fazem parte de patrimónios autónomos, de heranças, onde ainda não há adjudicação, por efeitos de partilha, e ninguém vai investir na reabilitação de prédios sem saber se lhe irão ou não caber em partilhas, e porque a falta de reabilitação tem a ver muitas vezes com dificuldades financeiras dos próprios proprietários, que não dispõem das verbas necessárias para a fazer, e porque a realidade que os números aportam é que essa majoração não contribuiu para a diminuição dos prédios que constam da lista de prédios degradados. A segunda alteração tem a ver com uma discriminação a introduzir naquilo que é a taxa do IMI relativamente aos prédios urbanos. Neste ponto o senhor Presidente explicou que até agora aquilo que era proposto e foi aprovado era a fixação da taxa de IMI sobre todos os prédios urbanos, independentemente de serem habitacionais, de serviços, de comércio, ou industriais, de 0,32%, numa moldura que vai de 0,30% a 0,45%, sendo que aquilo que o Executivo aqui propõe, ficando dependente de a Autoridade Tributária criar no Portal das Finanças a possibilidade de diferenciar taxas de IMI para prédios urbanos (que neste momento não existe), é manter os 0,32% para os prédios urbanos habitacionais, como até aqui, e fixar em 0,45% a taxa do IMI para determinada categoria de prédios industriais, que estão previstos na Portaria n.º 11/2017, de 9 de janeiro, alguns dos quais

são uma realidade no nosso território, como os aerogeradores, as instalações de transformação de eletricidade, as instalações de produção, armazenagem e transporte de gás, as instalações de captação, armazenagem e tratamento de distribuição de água, as instalações de recolha, drenagem e tratamento de água residuais, os postos e torres de telecomunicações e as instalações de recolha de tratamento, de valorização e eliminação de resíduos. Explicou que a fixação desta taxa tem a ver com a premente necessidade de angariação de receitas e porque o Executivo entende que a ter de se subir o imposto terá que o ser para taxar não os munícipes, mas antes as empresas ou entidades que evidenciam sobeja capacidade financeira e margens de lucro, margens estas que simplesmente se poderão reduzir em face de algum acréscimo deste imposto com relação às infraestruturas que exploram.

De seguida, passou a palavra ao senhor Vereador José Adriano Lima, que pediu para intervir na discussão deste assunto, dizendo que, *grosso modo*, se está perante uma continuidade em relação à manutenção da taxa do IMI, da taxa de participação no IRS e da isenção da derrama municipal em termos de IRC. Confessou que este facto surpreende um pouco os Vereadores do PS, uma vez que sempre foi uma matéria em que o PSD, de alguma forma, tinha um tom crítico, nomeadamente em relação ao IMI, que sempre defendeu que se fosse baixando a taxa para o mínimo dos mínimos, que é de 0,3%, e que quanto ao IRS propunha sempre a devolução desse valor. Disse, depois, que em relação aos prédios degradados, que nos últimos anos têm sofrido um agravamento em sede de IMI, o senhor Presidente da Câmara Municipal e outros elementos do PSD, quer dentro do universo da Câmara Municipal quer na Assembleia Municipal, foram dizendo que era uma medida injusta e que, de alguma forma, não teria contribuído para a recuperação deste património. Referiu recordar-se que, nessa altura, o facto de a lista que lhes era apresentada à apreciação na Câmara e na Assembleia Municipal todos os anos ia aumentando, e de alguma forma passava a ideia de que não estava a ter os efeitos que se pretendiam, ou seja, que não se estava a reduzir o número de prédios degradados, porque todos os anos eles iam aumentando, sendo certo que sempre foram explicando que essa identificação dos imóveis era feita pelos serviços, de acordo com a sua disponibilidade. Referiu que se está a falar de prédios degradados e, consequentemente, de valores de IMI muito baixos, tendo este agravamento um impacto muito reduzido, sendo mais simbólico, manifestando-se num posicionamento da parte da autarquia em relação a este património, que o quer ver reabilitado e de alguma forma quer passar essa mensagem aos proprietários. Em relação à questão do agravamento para os 0,45% em determinados prédios, mencionou que se os prédios em causa forem os que se encontram identificados na informação isto pode ter um efeito perverso, por não ser tão atrativo para este tipo de investimentos, considerando, no entanto, que esta questão do IMI não os irá afastar, porque Melgaço tem um potencial diferenciado para a sua instalação.

Na sequência desta intervenção o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu ao senhor Vereador José Adriano Lima, dizendo-lhe e lembrando-lhe que, de facto, existe coerência naquilo que o PSD sempre defendeu relativamente aos prédios degradados,

referindo-lhe, ainda, que o argumento de que a lista foi aumentado de ano para ano porque os serviços não faziam o seu levantamento também não convence, uma vez que se tem que partir do princípio de que os técnicos sempre fizeram o levantamento e a inventariação exaustiva dos prédios degradados.

Mais referiu que os eleitos pelo PSD não abdicaram da sua intenção de reduzir o IMI, pese embora agora o façam apenas em parte, através do fim da medida de majoração quanto aos prédios degradados, informando ter sido feita a devida contabilização do que é que uma maior redução do IMI implicaria em termos de perda de receita, e que só não se avançou para uma redução maior porque o novo Executivo recebeu uma herança extremamente pesada de Executivos PS, do qual o senhor Vereador José Adriano Lima fez parte, com a situação catastrófica das contas. Reforçou, ainda, que não abdicarão desta sua intenção de reduzir o IMI dos prédios habitacionais. Manifestou que sinceramente estava à espera que o senhor Vereador da oposição aplaudisse esta medida, porque vai de encontro àquilo que muitas vezes os partidos de esquerda defendem, que é taxar o grande capital. Disse-lhe, ainda, que não é pelo facto de o Executivo em funções colocar o IMI em 0,45% que as empresas deixarão de procurar ou investir em Melgaço, até porque essa taxa não se aplica a pavilhões ou naves industriais e para elas este facto não significa dificuldades de pagamento, mas tão só considerar um custo um pouco superior em termos de IMI e diminuir a parte dos impostos que pagam em função dos lucros que obtêm com a exploração de atividades que se sabe ser lucrativas, como é a água, o saneamento, os resíduos sólidos e a energia elétrica.

Na sequência desta intervenção, pediu, de novo, a palavra o senhor Vereador José Adriano Lima, que, tendo-lhe sido concedida, disse, primeiro, que a questão dos constrangimentos de índole orçamental correspondeu sempre àquilo que foram dizendo e que, efetivamente, não avançavam, muitas vezes, com estas medidas, precisamente pelo impacto que tinham nas contas do Município, facto que foi sempre dito todos os anos, considerando não estar a ser diferente neste momento.

Passou, depois, a esclarecer que não era contra a questão do agravamento de 0,45% para determinados prédios, clarificando que o que havia dito é que esperava que não tivesse um efeito perverso, o que reforçou acreditar não vir a acontecer.

Exposta esta visão pelo senhor Vereador José Adriano Lima, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que esta proposta tem, obviamente, implicações na questão da receita, sendo o problema da receita uma das variáveis do processo, consistindo a outra variável na estrutura de custos com que o atual Executivo se deparou e que o contingentou a não poder tomar uma medida de maior desagravamento fiscal, como aquela que seria desejável e tinha intenção de implementar.

Mais referiu que é por estes motivos que é importante ter contas certas, o que o atual Executivo não encontrou quando chegou ao Município, considerando ser esta uma tarefa árdua que têm pela frente e um desafio muito grande a assumir.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de fixação de taxas Municipais.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

371. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal a proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026, que ficará anexa a esta ata.

Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que iria passar à apresentação da proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026 e que posteriormente pediria à senhora Chefe da Divisão de Gestão Municipal, a Dr.ª Sandra Pires, para fazer mais alguma explanação que, na sua intervenção, não viesse a focar.

E assim, em ordem a dar nota, em traços gerais, daquilo que é o orçamento para o ano de 2026, transmitiu que o Município tem um orçamento, quer do lado da receita, quer do lado da despesa, no valor de 43.850.000,00 €uros.

Comunicou que em termos de receita se está a falar de 20.235.000,00 €uros de receita corrente e de 23.615.000,00 €uros de receita de capital, estas fundamentalmente umbilicadas com fundos comunitários e transferências do Orçamento de Estado.

Indicou que é de igual montante o valor de despesa total, sendo a despesa corrente de 19.500.000,00 €uros e a despesa de capital de 24.350.000,00 €uros.

Comunicou que em termos de receita, e especificando pelas fontes na qual se origina, se tem, quanto à receita corrente, 2.144.000,00 €uros de impostos diretos correntes (que tem a ver com o IMI, de que anteriormente falaram, e também com o IMT e o Imposto Único de Circulação).

Disse que em termos de impostos indiretos estão orçamentados 22.043,00 €uros (tendo chamado à atenção de que este valor, de 22.043,00 €uros, hoje qualificados de taxas, mas classificados como impostos na aceção da anterior legislação, têm a ver com as feiras, correspondendo a valores que há uma imensidão de anos estão sem cobrar).

Indicou o valor de 219.741,00 €uros em termos de taxas, multas e penalidades, que têm a ver com o edifício do mercado, com a metrologia, com licenças de ocupação da via pública, entre outros.

Como rendimentos da propriedade apontou o valor de 1.478.154,00 €uros, englobando-se aqui as eólicas, a renda da concessão à EDP, as cobranças de espaços públicos, como é o caso dos espaços municipais, dos bares.

A nível das transferências correntes do Orçamento de Estado e fundos comunitários, indicou o valor de 13.446.384,00 €uros.

Como vendas de bens e serviços, incluindo aqui os serviços básicos como água, o saneamento, resíduos sólidos urbanos e também as vendas promovidas no Solar do Alvarinho, os bilhetes dos serviços culturais, caso dos museus e da Casa da Cultura, referiu o valor de 2.869.986,00 €uros.

Como outras receitas correntes, como é o caso do IVA reembolsado e de indemnizações diversas, indicou o valor de 53.733,00 €uros.

Em termos de receita de capital indicou para a venda de bens de investimentos o valor de 196.762,00 €uros.

Relativamente às transferências de capital do Orçamento de Estado e de fundos comunitários mencionou o valor de 23. 400.007,00 €uros.

Referenciou, ainda, dentro da receita de capital, duas rubricas, sendo uma delas os passivos financeiros, tendo indicado o valor de 100,00 €uros que corresponde basicamente à abertura da rubrica, e outras receitas de capital, sobre as quais mencionou o valor de 17.601,00 €uros.

Relativamente às reposições não abatidas de pagamentos, mencionou o valor de 500,00 €uros, que também corresponde à abertura da rubrica.

Em termos de receita, disse que a sua base está estruturada no seguinte percentual:

- 51% de fundos comunitários, o que demonstra a grande dependência do Município, para investimento, de fundos comunitários;
- 6% de transferências de capital do Orçamento de Estado;
- 22% de transferências correntes do Orçamento de Estado;
- 3% de rendimentos da propriedade;
- 6% de impostos e taxas; e
- 12% de outras receitas.

Passou, de seguida, a abordar a despesa, começando pela despesa corrente, sobre a qual indicou os seguintes termos e valores:

- Despesas com o pessoal: 7.559.407,00 €uros, tendo dado nota da previsão de um incremento relativamente ao ano de 2025 de cerca de 700.000,00 €uros, deixando claro que este incremento não se deve ao facto de o atual Executivo ir aumentar o quadro pessoal, o que afirmou que absolutamente não iria absolutamente acontecer, mas ao facto de o valor que estava previsto para 2025 ter de ser, à partida, corrigido para cima, por subavaliação no orçamento aprovado para o ano em curso. Explicou que o que motivou esta subida foram os custos com o salário mínimo, com um aumento de 6,4%, com os salários de valores mais altos, e com o subsídio de alimentação, que também teve um aumento, passando para 6,10 €uros, e, por fim, com as categorias profissionais, a reclassificação, na maior parte das situações, de assistentes para técnicos superiores, ocorrido já no decurso do ano de 2025;
- Aquisição de bens e serviços, falando, aqui, nas despesas com as aquisições à Águas do Norte, nos resíduos sólidos e urbanos, à ValorMinho, nas contratualizações para as escolas, para o Solar do Alvarinho, nos encargos com as instalações, incluindo o contrato de arrendamento da Melsport, tudo num total de 9.255.321,00 €uros;
- Juros e outros encargos, relacionados com os empréstimos a instituições bancárias: 334.092,00 €uros;

- Transferências correntes, estando-se aqui a falar de transferências para as associações, instituições e freguesias (parte corrente - delegação de competências): 1.646.654,00 €uros;
- Subsídios: 587.618,00 €uros, estando aqui também incluído o contrato programa com a Melsport; e
- Outras despesas correntes, designadamente, encargos bancários, impostos, taxas e outros: 116.098,00 €uros.

Relativamente à despesa de capital, apresentou os seguintes módulos e valores:

- Aquisições de bens de capital, que contende com obras e investimentos: 22.214.729,00 €uros;
- Transferências de capital: 1.469.016,00 €uros, estando aqui em causa as transferências de capital para as freguesias e instituições;
- Ativos financeiros: valor zero;
- Passivos financeiros, em que está em causa a amortização do capital dos empréstimos: 665.755,00 €uros; e
- Outras despesas de capital, onde consta apenas a abertura da rubrica, com um valor simbólico de 500,00 €uros.

Prosseguiu a sua exposição, dando nota das principais obras e fontes de financiamento, referindo que o Município tem um elenco de obras em execução com fundos comunitários em dezanove candidaturas, e projetos, tendo, relativamente a estes, referenciado:

- a Rota dos Mosteiros e a Igreja do Convento de Paderne (que está em requalificação ao nível do seu interior);
- o Melgaço Mais Digital;
- o Bio Melgaço;
- a implementação de ações para a valorização de bio resíduos;
- as intervenções para a redução de perdas em sistema de abastecimento de água;
- a valorização de recursos culturais de Melgaço;
- a aquisição e reabilitação de frações ou prédios para destinar à habitação (referindo que se está a falar, aqui, do PRR e do Edifício Multifamiliar);
- a requalificação da Zona Industrial de Penso (PRR também);
- as Áreas de Acolhimento Empresarial de Nova Geração (12.000.000,00 €uros);
- o Centro de Saúde do Melgaço (PRR - 2.674.000,00 €uros);
- o BUPI Melgaço (PRR - 169.000,00 €uros);
- o Melgaço + PAI (Norte 2030 - 52.000,00 €uros);
- o Condomínio de Aldeia (718.000,00 €uros);
- o Radar Social (PRR, com 129.000,00 €uros);
- a realocização da ETAR de Castro Laboreiro (300.000,00 €uros);
- o School4All (tendo dado nota que este programa terá continuidade no âmbito de um outro financiamento, também com fundos comunitários – o Norte 2030 - 211.000,00 €uros);

- construção do Sistema de Abastecimento de Água de Pomares (875.000,00 €uros - Norte 2030);
- reabilitação do Centro Escolar da Vila (Norte 2030 - 439.000,00 €uros);
- ampliação e gestão do sistema de saneamento do Melgaço (386.502,00 €uros - Norte 2030);
- melhoria das instalações escolares da Escola Básica e Secundária, para reforçar as dimensões artísticas, experimental e desportiva (200.000,00 €uros - Norte 2030);

Referenciou mais quatro candidaturas que já foram aprovadas, entre quinze apresentadas, sendo que as outras onze estão na situação de submetidas, mas pendentes de aprovação. Neste âmbito, informou que as aprovadas se reportam:

- ao Parque Nacional Peneda Gerês + Turismo (387.000,00 €uros);
- ao Museu Melgaço e Cinema, em que está em causa a ampliação do edifício onde funciona a Divisão de Obras e Serviços Urbanos (Norte 2030 1.852.000,00 €uros);
- ao Espaço Memória e Cinema de Melgaço, relativamente à requalificação do Museu do Cinema Pelicano (1.830.000,00 €uros - Norte 2030); e
- à reabilitação do Gimnodesportivo e implementação no Centro Escolar de Pomares (111.826,00 €uros).

Deu, igualmente, nota relativamente àquilo que são as transferências e apoios, quer às Instituições locais, IPSS, Associações, incluindo a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melgaço, para onde se prevê ser transferida uma verba, no próximo ano, na ordem dos 230.000,00 €uros. Referiu que, a este nível, estão contempladas transferências correntes no valor de 971.516,00 €uros, e transferências de capital no valor de 205.833,00 €uros, totalizando 1.177.349,00 €uros.

Relativamente ao apoio às Juntas de Freguesia mencionou o valor de 305.000,00 €uros para as transferências correntes (fundamentalmente ligadas à parte da limpeza das bermas e valetas) e o valor de 1.263.183,00 €uros para outras transferências correntes e de capital (que tem a ver com investimento).

Quanto à despesa com empréstimos de médio e longo prazo, focou o capital em dívida, à data de 1 de janeiro de 2026, no valor de 5.621.822,00 €uros, prevendo-se, à data de 31 de dezembro de 2026, se não houver necessidade de contrair novos empréstimos, o valor de 5.028.633,00 €uros.

Finalmente, nesta nota explicativa, deu nota da regra do equilíbrio orçamental, que implica que as despesas correntes, acrescidas das amortizações, tenham que ter um valor inferior ao da receita corrente, a qual é de 20.235.000,00 €uros, acrescentando que as despesas correntes, no valor de 19.500.000,00 €uros, e as amortizações médias com empréstimos, no valor de 562.000,00 €uros, significam que esta regra de equilíbrio orçamental se encontra integralmente cumprida.

Relativamente àquilo que são as apostas do executivo para o próximo ano, mencionou:

- O Combate intensivo às perdas de água, execução de novas zonas de medição e controlo com sistemas de telemetria, substituição de contadores obsoletos e requalificação dos sistemas de abastecimento de água;
- A nível do saneamento, a expansão da cobertura da rede de saneamento básico, com intervenções previstas na União das Freguesias de Chaviães e Paços, na Freguesia de Alvaredo e na Freguesia de Fiães; a realocação da ETAR da Vila de Castro Laboreiro, para o que já se adquiriu um terreno, pretendendo-se tirar a ETAR da zona central da Vila e levá-la para a margem da estrada que desce da Vila em direção ao Ribeiro de Cima e ao Ribeiro de Baixo; a realocação de duas estações elevatórias, uma na zona da Ponte Pedrinha, na Vila, e a outra na Rua Verde, na Freguesia de Cristóval; e a implantação dos sistemas de telegestão e execução de ações de vídeo e inspeção de coletores, estando já adquirido um equipamento para este efeito;
- Ao nível dos resíduos, indicou como apostas do atual Executivo para o ano de 2026 o reapetrechamento ou reequipamento de uma das viaturas de recolha de resíduos, o aumento do número de equipamentos de deposição existentes no concelho, que é uma das reivindicações da população; o reforço dos equipamentos de recolha seletiva de resíduos, para reciclagem; a expansão da distribuição de compostores domésticos;
- No que toca a parques e jardins, a requalificação de dois parques infantis, atendendo ao seu estado de degradação, no Centro Escolar da Vila e na Alameda Inês Negra;
- A nível da saúde referiu que as obras no Centro de Saúde seguem a bom ritmo, tendo o parceiro empreiteiro dado garantias de eficiência e de cumprimento de prazos; a implementação do modelo, no Centro de Saúde, das Unidades de Saúde Familiar, que considera muito importante e que previsivelmente permitirá reduzir os tempos de espera nas consultas; o início do procedimento para efeitos da contratação do seguro de saúde, que passará pela elaboração, com parceiros com experiência nesta área, do caderno de encargos, que depois será apresentado para efeitos do concurso a lançar internacionalmente; e a manutenção do protocolo com a Associação Dignidade, para materialização do programa Abem-Rede solidária do medicamento.
- Relativamente à educação informou que está previsto manter as AEC's, ou seja, as Atividades de Enriquecimento Curricular, de inglês, atividade física e desportiva e música, bem como as aulas de natação aos alunos do primeiro ciclo do ensino básico, as aulas de hipoterapia aos alunos das necessidades educativas especiais; a manutenção das aulas de inglês e de educação física para as crianças que frequentem o Jardim de Infância; o alargamento do horário de funcionamento no Centro Escolar de Pomares; o aumento, em número de dez, das vagas protocoladas com a Santa Casa, para a dinamização do horário extracurricular; a continuação do apoio e com a Escola Superior de Desporto e Lazer; e a contratualização da adesão ao serviço educativo da escola virtual por mais três anos.

- Relativamente à ação social, o cumprimento do Programa Radar Social, a manutenção do apoio técnico logístico à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, assim como à Comissão Municipal de Proteção de idosos; o Apoios às IPSS, o apoio à comunidade imigrante, comunidade esta que considera muito importante para Melgaço, sendo uma comunidade em crescendo e cada vez mais integrada com a comunidade melgacense, através do Gabinete de Apoio ao Imigrante; o apoio ao Projeto CLDS 5G, sob a coordenação atual do Centro Interparoquial e Social do Alto Mouro; o apoio ao Projeto-Atividade, uma parceria entre a Melsport, a Unidade de Cuidados Continuados, as Juntas de Freguesia, a Escola Superior de Desporto de Lazer e as Associações; o apoio ao Projeto do Melgaço + PAI; a continuidade de atribuição de todos os apoios que vêm de anos anteriores, na área alimentar, saúde, educação, consumo energético, habitação e apoios à natalidade.

Ao nível da habitação indicou várias intervenções prementes, algumas delas dependentes da resposta que for dada pelo IHRU e da possibilidade da obtenção de financiamento, a nível de habitações em situação de indignidade, e a construção do edifício da habitação multifamiliar, para cuja execução será lançado, em breve, um novo concurso.

Relativamente ao desporto apontou a prova do Alvarinho Trail, a prova UCI CONTINENTAL SERIES XCO, e também, não havendo surpresas, a prova do Monção e Melgaço Granfondo.

Passou de seguida a dar nota de uma novidade e que corresponde à previsão do regresso, em 2026, em colaboração com o Município de Monção, da Under Cup, uma prova que atrai milhares de atletas, famílias, *staff* e meios de comunicação social ao território.

Referenciou, de seguida, a detalhar alguns pontos que não havia explicado na apresentação do orçamento, os quais se reportam:

- à requalificação da Zona Ribeirinha e do Parque Verde da Vila de Castro Laboreiro;
- à requalificação dos arruamentos da zona do mercado, nas Carvalhiças, que passará pelo alargamento de ruas e pela construção de passeios, mais especificamente, no arruamento que vem desde o Convento das Carvalhiças e que faz perpendicular com a rua de acesso à zona do mercado, considerando ser uma zona que carece de intervenção pelo estado em que estão as árvores (que carecem de ser podadas), pelo estado, crítico, em que se encontram os passeios e pela falta de estacionamento; à requalificação do Beco dos Frades, que vem no seguimento da requalificação que está a ocorrer na zona Barbosa, mais concretamente na Rua Professor Armando Cortes, Beco este que também tem o piso e os passeios em avançado estado de degradação;
- à requalificação do Cine Pelicano, tendo informado, sobre este ponto, que foi necessário redesenhar o projeto, tendo realçado que é importante levar avante esta obra, uma vez que o edifício está a carecer de obras urgentes, designadamente a nível da sua estabilidade;
- à intervenção, no Centro de Estágios, que se traduz na implantação de uma cobertura na bancada do campo sintético, a qual se encontra já projetada e orçamentada, para que seja implementada em 2026;

- à construção de um troço da ecovia do Rio Minho, desde a zona de Prado e Remoães, passando pela zona do Peso, referenciando, a este nível, que esta intervenção irá ser feita por partes, tal como o está a ser noutros concelhos.

Informou que, inovatoriamente, em termos de serviços, e tendo em vista o seu melhoramento, o Executivo entendeu deslocalizar os relacionados com água, resíduos sólidos e saneamento para a Divisão de Obras e Serviços Urbanos, deixando de estar concentrados no Balcão Único do Município, acrescentando que o que motivou esta alteração foi a vantagem de existir um contacto mais próximo entre o utente ou reclamante e os colaboradores do município que estão afetos à parte administrativa e à parte técnica, com ganhos de eficiência e de celeridade.

Referiu, também, que vai ser instituído, pela primeira vez, como medida de apoio a nível de educação e das famílias, um vale escolar, no valor de 25,00 €uros por cada criança em idade escolar, para efeitos de compra de material escolar e de produtos essenciais básicos, como é o exemplo de roupa, sempre que esta despesa seja feita no comércio local, o que contribuirá também, certamente, para dar mais vida ao nosso comércio.

No final desta sua intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal pediu à Dr.ª Sandra Pires que fizesse o favor de apontar algum outro contributo que eventualmente tivesse ficado por realçar.

Tomou, por conseguinte, a palavra a D.ra Sandra Pires, que começou por cumprimentar todos os presentes e que referiu que no seu entender nada havia ficado por dizer, uma vez que o senhor Presidente da Câmara Municipal fizera uma apresentação muito exaustiva. Acrescentou, ainda assim, uma nota que, segundo ela, acaba por ser um bocadinho mais técnica, a qual tem a ver com o facto de ser este o primeiro ano em que o Município de Melgaço está a entregar documentos financeiros previsionais, por imposição que decorre da lei. Disse, assim, que o SNC-AP previa esta apresentação, mas que, no entanto, todas as Leis do Orçamento do Estado até agora continham uma prerrogativa que fazia com que esta apresentação tivesse vindo a ser constantemente adiada, sendo certo que a Lei do Orçamento de Estado para 2026 não previu esta prerrogativa, o que fez com que o Município de Melgaço se visse obrigado a apresentar estes documentos previsionais, que são o balanço, a demonstração do fluxo de caixa, entre outros. Informou que neste momento, sendo o primeiro ano e sem histórico, isto implica que certamente venham a ser apresentados valores diferentes no final na conta de gerência, onde se estará a lidar com valores corretos. Após esta nota, e considerando que o senhor Presidente da Câmara Municipal já abordou todos os assuntos, colocou-se à disposição de todos para o esclarecimento de alguma dúvida que achassem necessário clarificar.

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal que colocou o assunto das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de 2026 à discussão.

Nesta sequência pediu a palavra o senhor Vereador José Adriano Lima que, no uso dela, começou por pedir que, numa próxima oportunidade, os documentos lhes fossem enviados com mais antecedência. Disse saber que existe um prazo legal para este efeito, mas que, tratando-se de um documento com trezentas páginas, que exige algum tempo para fazer a sua análise, seria desejável que tivesse sido enviado com maior antecedência. Sobre a apresentação do mesmo disse que sabe existir uma estrutura formal que tem que ser cumprida, mas que não facilita a respetiva análise, sugerindo, assim, que se tentasse melhorar a forma como chega aos Vereadores do PS. Sugeriu que se fizesse um mapa resumo daquilo que seriam as principais alterações, sem prejuízo da leitura e análise do documento integral. Posto isto, referiu que teve a oportunidade de analisar o documento e que dividiria a análise do mesmo por rubricas.

Sendo assim, no que concerne a água, disse que se mantêm as mesmas intervenções que já se encontravam previstas em Sainde, em Pomares, em Cousso, na Cela, em Virtelo e na Gave, dando-se, consequentemente, seguimento a estas obras que são muito importantes.

A nível do saneamento, considerou tratar-se, igualmente, do seguimento de obras já previstas, realçando algumas das referências que o senhor Presidente da Câmara Municipal já havia feito, como é o caso das Bouças, em Chaviães, Fontainhas, em Alvaredo, e Fiães, numa série de lugares.

Passou, posteriormente, para a questão da ETAR de Castro Laboreiro, referenciada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, considerando tudo coisas que já estavam previstas.

Realçou o facto de o senhor Presidente da Câmara Municipal ter falado nas estações elevatórias em Cristóval e também na Vila, as quais, segundo ele, correspondem a assuntos já alinhavados.

Disse que em relação aos resíduos, não viu nada de novo e que é importante dar-se continuidade ao projeto dos bio resíduos e do Canal Horeca aludido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, com os particulares que têm condições para instalar lá os depósitos. Realçou a importância de avançar com este Canal Horeca, no âmbito do qual havia um projeto com financiamento para uma viatura que iria efetuar a recolha.

Referiu, depois, que na limpeza urbana não viu nada de novo, traduzindo-se tudo na manutenção não só de parques e jardins mas também da Alameda e do Centro Escolar, factos que igualmente já estavam previstos.

Em relação à educação e formação referenciou que o senhor Presidente da Câmara Municipal falou na questão do alargamento do horário no Centro Escolar de Pomares, com a inclusão de mais dez crianças a beneficiar deste serviço, considerando que este alargamento de horário faz sentido. Disse que na altura a questão de ser a Santa Casa a

assegurar este alargamento teve enquadramento no facto desta instituição também ter interesse em ter lá alunos enquanto esteve a fazer obras. Considerou que isto tem corrido sempre bem, mas que o Município deve ponderar até que ponto não tem interesse em que esta questão seja assegurada pela própria escola, o que considerou ser viável e com benefícios para a tesouraria da Câmara.

Sobre o ensino especial referiu que os senhores Vereadores do PS haviam apresentado algumas propostas, na reunião sobre o orçamento, os quais não encontrou no documento. Realçou que no documento o texto nem sempre coincide com os números, porque, às vezes, é referido que se vão manter alguns apoios, mas, na verdade, pode haver alguns cortes. Explicou, por conseguinte, que, às vezes, na consulta às rubricas é difícil perceber se há cortes ou se não há, uma vez que nalguns casos há valores em dívida que transitam de trás ou que estão a pagamento, sendo, por isso, difícil perceber quais as opções que estão a ser feitas. Neste sentido, e na parte referente às AEC's, disse que o anterior Executivo sempre foi uma referência, já que estas sempre funcionaram bem, tendo, inclusivamente, dito que considera que os miúdos são uns privilegiados por terem acesso a tantas atividades e todas elas diversificadas. Mencionou que o senhor Presidente da Câmara Municipal havia referido que se mantinham todas as AEC's, com exceção do hipismo para as crianças que não tenham necessidades educativas especiais, facto que disse preocupá-lo uma vez que isto também traz repercussões negativas para o Centro Hípico. Considerou que este corte no hipismo não tem razão de ser.

Passando, depois, para a rubrica da ação social e saúde, mencionou que na ação social se fala da questão da Estratégia Local de Habitação, sobre a qual admitiu fazer sentido, até, a realização de uma outra.

No âmbito da educação disse figurar, no orçamento, um novo apoio que se reporta ao vale escolar no valor de 25,00 €uros por aluno, independentemente da sua condição financeira, tendo alertado que uma parte dos alunos já recebe apoios para a compra de materiais escolares, nomeadamente aqueles que se encontram numa posição financeira mais débil. Disse que se trata de opções do Executivo, que corta numa coisa e acrescenta noutra. Referiu que viu, neste documento, que este apoio do vale escolar tinha prevista a verba de 18.750,00 €uros, sugerindo que se especificasse melhor quais os bens essenciais que se encontram englobados nesta medida, para além do apoio para a compra de material escolar.

No que respeita à Cooperação Internacional, indicou que não há muito a acrescentar, tendo-se falado, no orçamento, na questão da Eurocidade, no AECT. Disse que, neste âmbito, seria importante introduzir, também, a dinâmica económica, ou seja, atrair investimento para o concelho e manter esta relação a nível Internacional.

Quanto à cultura disse que no texto se fala de um programa de atividades diversificado, mas que quando se vai para os números não se percebe assim tanto em que é que se traduzirá.

Disse que também se fala, no orçamento, do projeto de renovação do Cine Pelicano e do Museu de Castro, obras que, segundo o próprio, já se encontravam previstas.

Relativamente à prospeção do Paineiro de Castro da Cidade de Paderne indicada no orçamento, disse que a mesma se encontrava igualmente prevista.

Em relação à Cultura Imaterial sugeriu que o Município fosse mais longe, nomeadamente no que respeita à cultura melgacense, considerando importante preservar algumas das tradições. Sobre isto disse também que a questão dos recursos não é limitadora, uma vez que o Município tem gente muito qualificada, que pode agarrar esta matéria e que pode fazer um trabalho importante.

Mencionou, ainda, que na parte do texto nada é dito sobre o Festival do Cinema, apesar de já terem saído notícias a reportar que a ideia do atual Executivo é a de suspender ou terminar este evento, pelo menos para já. Ainda sobre o Festival do Cinema, disse que existia uma iniciativa denominada “Quem somos os que aqui estamos”, relativamente à qual, e indo consultar os valores, permaneceram dúvidas quanto às opções para o futuro a este nível.

Em relação ao desporto indicou que o senhor Presidente da Câmara Municipal havia referido a prova da UCI CONTINENTAL SERIES, a qual diz saber ser uma prova muito importante, mas sobre a qual disse não conhecer o respetivo caderno de encargos. Nesta sequência, perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal se vão existir mais provas deste género na área do ciclismo em geral.

Em relação ao Melgaço Alvarinho Trail, disse existir uma alteração na data. Referiu que este foi um evento que já chegou a ter 1.700 atletas. Referiu que Melgaço tem potencial para esta modalidade e que o Município pode contar com a prata da casa, ou seja, com gente que sempre ajudou e pode ajudar nesta matéria, manifestando, nesta sequência, que se deve continuar com este evento.

Em relação a outros dois eventos, o Granfondo e o Termas Classic Festival, mencionou que eles constam do orçamento, presumindo, assim, que sejam para continuar, pese embora o facto de o senhor Presidente da Câmara Municipal ter dito, acerca do Granfondo, que ainda se iria analisar melhor.

Sobre o regresso do Under Cup, em 2026, comunicou que foi um evento que o Município já teve e que, entretanto, deixou de ter. Disse que Melgaço tem todas as condições para acolher este evento e que espera que ele decorra da melhor maneira.

Ainda no campo dos eventos, questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o regresso ou não de um evento que já decorreu em Melgaço, que é o Campeonato Nacional de *Drift*.

Recordou, também, que em sede de campanha se ouviu falar numa concentração *motard*, perguntando se esta vai regressar ou não.

Na parte do desenvolvimento económico disse que viu no orçamento a revisão do plano de marketing para a área do turismo e a continuidade da certificação da norma *Earthcheck*. Sobre esta questão, sugeriu que se tivesse em atenção a execução e não apenas o que está no papel, com reflexos positivos na economia.

Em relação ao Alvarinho disse que se fala, no documento, em continuar a dar apoio ao setor. Sobre esta questão elucidou que na reunião para o orçamento os senhores Vereadores do PS falaram na criação de uma denominação de origem controlada específica para a sub-região de Monção e Melgaço. Referiu que a ideia que tem é que o novo Executivo está de acordo e que entende ser importante a sua criação, mas a verdade é que olhando para os números no orçamento não consegue identificar a verba alocada para este efeito. Referiu que já teve oportunidade de comentar ao senhor Presidente da Câmara Municipal que já existe algum trabalho feito no âmbito do projeto NUTRIR, considerando que este propósito poderá ir por aí. Alertou para a necessidade de se passar para a ação, para a concretização, porque já há algum tempo que se fala nisto e é importante para o setor que, agora, se passe para o terreno. Realçou que os produtores melgacenses têm feito um trabalho excelente, cada um deles no seu projeto, existindo mesmo produtores de referência a nível internacional, motivo pelo qual sugere que se continue a fazer caminho, o qual, na sua opinião, deve ser um caminho agregado que beneficie todos e o território em particular.

Em relação ao setor pecuário disse ter percebido que quer no texto quer nos números se mantém o apoio para este setor, o que considera importante. Aludiu que, neste âmbito, estavam por cima da mesa alguns desafios sobre os quais considera que o Município pode avançar, mas também algumas preocupações, que partilhou do seguinte modo: primeiro, disse estar em cima da mesa a criação de uma marca para a carne de Melgaço, a nível jurídico e a nível comercial; em segundo lugar referenciou uma outra questão que está em inter-relação com o orçamento, que é a questão do matadouro. Explicou que um dos matadouros que é usado para o setor pecuário é o de Monção, sendo certo que muitos deles, pela especificidade da raça, têm que ir a outros matadouros, mais longe. Referiu que seria importante deslocalizar o matadouro do centro de Monção para outro local. Informou que em tempos o senhor Presidente da Câmara Municipal de Monção (que é o ainda atual Presidente) chegou a falar num terreno, numa determinada zona já em direção a Valença. Considerou ser importante acompanhar esta questão e garantir uma solução para o abate dos animais aqui próxima de Melgaço. Exteriorizou que, neste âmbito, facilmente se consegue financiamento para este efeito, a nível comunitário, informando que este assunto já esteve na agenda da CIM; por último, apontou como sendo igualmente uma preocupação no setor pecuário as cadeias de escoamento do produto. Disse ser um desafio importante ajudar este setor, a este nível, por forma a garantir, de alguma forma, a sustentabilidade e a rentabilidade dos investimentos realizados. Referenciou que pese

embora se trate de um trabalho que cabe a cada um dos produtores, a verdade é que o Município pode servir de plataforma de apoio.

Sobre este assunto interrompeu a senhora Vereadora Verónica Solheiro, que referiu que segundo os atuais responsáveis uma das formas do matadouro de Monção ter viabilidade era ter uma sala de desmanche, o que permitia aos produtores de Melgaço vender a carne já para o cliente final. Explicou que neste momento não é possível comprar apenas uma parte da vaca (como por exemplo, o bife ou a costela), o que complica muito a vida. Informou que o projeto que na altura foi falado incluía essa sala de desmanche, que ia fazer com que desse, também, alguma viabilidade económica ao matadouro.

Retomou a palavra o senhor Vereador José Adriano Lima, que continuou a sua intervenção sobre o fumeiro, assunto sobre o qual destacou o decorrer da formação na EPRAMI e o facto de já se encontrar prevista a criação de um espaço de uso coletivo para a produção do fumeiro, tendo-se pensado, na altura, para este efeito, na reabilitação de um espaço do antigo estaleiro. Mais referiu que se encontra no orçamento o valor para este efeito. Chamou a atenção para o facto de ser importante dar continuidade a este trabalho para, de alguma forma, garantir também esta fileira da economia melgacense.

Ainda no âmbito do desenvolvimento económico manifestou que os senhores Vereadores do PS ficaram muito satisfeitos por ter sido incluída, no orçamento, uma proposta que era da sua autoria e que se prendia com o plano de segurança para o Rio Minho, realçando, no entanto, que apenas se encontrava previsto o valor de 100,00 Euros, significando isto que apenas se encontra aberta a rubrica. Comunicou que, ainda assim, é positivo porque houve sensibilidade para incluir esta rubrica e, por outro lado, porque pode haver algum financiamento a qualquer momento e, neste caso, poder-se-á utilizar esta rubrica para se fazer este trabalho, não se esquecendo, nunca, do envolvimento da Escola Superior de Desporto e Lazer de Melgaço.

Depois, quanto ao setor secundário, disse que é referida, no texto do orçamento, a necessidade de se atrair investimento, mas que depois os números não refletem esta intenção. Aludiu que ficou sem perceber o como, e o quê, não estando nada previsto no orçamento, ainda mais difícil se tornará certamente atrair investimento para a zona de Melgaço. Mencionou que é fundamental atrair investimento para a zona empresarial.

Quanto ao desenvolvimento urbanístico, em termos de planeamento, disse estar previsto o Plano de Pormenor de Reabilitação da Vila de Castro Laboreiro que está já em fase de conclusão, sendo importante a sua concretização.

Em relação à rotunda de Alvaredo, na parte do planeamento, mencionou que faz sentido começar a trabalhar esta matéria porque as despesas levam o seu tempo, tendo dado como exemplo o caso da rotunda de Prado, junto ao Coca, que ainda hoje não é uma realidade.

Ao nível da regeneração urbana referiu que é mencionada, no documento do orçamento, a reabilitação urbana de Castro e do Peso, na questão do Bairro da Senhora da Graça, e, a este nível, confessou ter ficado com uma dúvida, por se falar, no âmbito deste Bairro da

Senhora Graça, na construção de habitação a custos controlados, sobre o qual disse julgar estar-se a referir a um lote que existe lá numa esquina, onde existe potencial para se construir lá mais um prédio. Perguntou, pois, ao senhor Presidente da Câmara Municipal se este ponto tem efetivamente a ver com isto, ao que este último respondeu, informando que tem a ver com esta possibilidade de construção nova nesse lote, ou, pelo menos, de legalização de uma construção lá existente e que está pendente, em parte, de demolição, em função do loteamento que já se mostra aprovado para o local.

Passou, de seguida, a abordar a questão da Zona Ribeirinha e do Parque Verde de Castro Laboreiro, os quais disse serem assuntos que já têm financiamento e estão a andar.

Sobre o troço da Ecovia disse ter uma dúvida que o senhor Presidente da Câmara Municipal, entretanto esclareceu, que se prendia com a sua execução entre Prado e o Peso, e, eventualmente, até Alvaredo. Mencionou que este assunto só tem rubrica aberta no valor de 100,00 €uros e que imagina que seguirá a lógica de que, se houver financiamento, se fará, e se não houver se não fará.

Sobre a gestão florestal lembrou que uma das coisas sobre a qual havia falado era o reforço das faixas de gestão de combustível. A este nível referiu que o anterior Executivo fizera, recentemente, um trabalho muito importante, com o projeto Condomínios de Aldeia, que considera não responder a tudo, sendo importante continuar a fazer esse trabalho. Mais referiu que se no texto é dito que vai haver um reforço, a verdade é que depois, na parte dos números, não se reflete para a atualidade, mas apenas para 2028.

Relativamente às vias de comunicação referiu que basicamente o que está em causa é dar continuidade e que o Beco dos Frades e a Rua do Mercado já eram intervenções que estavam previstas.

Disse que nos edifícios municipais foram indicados o Centro Escolar da Vila, o Convento de Paderne, a habitação social e o Centro de Saúde, cuja obra está a decorrer nos *timings* previstos.

Em relação às freguesias disse que os senhores Vereadores do PS tinham defendido um reforço do apoio, de acordo com a taxa de inflação. Mais disse que o valor que está na rubrica para as freguesias é de 1.263.733,00 €uros, valor ao qual julga acrescer a despesa corrente, no caso, de 350.000,00 €uros, concluindo que o valor aumenta ligeiramente (na casa dos 40.000,00 €uros em relação ao ano passado).

Em relação às instituições, disse ter-se operado um corte, na casa dos 45.000,00 €uros.

Sobre estes dois pontos (freguesias e instituições) referiu que do texto não se consegue perceber o que é que cada uma delas vai receber, reforçando que era importante estar discriminado. Sobre as instituições referiu que do texto não transparece quais as instituições que estão em causa, presumindo que sejam os Bombeiros, a Santa Casa e este tipo de entidades. Confessou, ainda, que não percebeu se nesta rubrica entram também as coletividades e as associações, ao que obteve resposta positiva da parte do senhor Presidente da Câmara Municipal.

Perguntou, conseqüentemente, ao senhor Presidente da Câmara Municipal se houve cortes, a este nível, e, em caso afirmativo, a quem se cortou.

Referiu, depois, que para as Instituições sem fins lucrativos estão previstos 971.016,00

€uros, valor este que julga corresponder àquilo que o anterior Executivo já tinha no ano passado. Referiu que queria perceber o que é que aqui se inclui, e se também se inclui, aqui, verba para os Bombeiros, por exemplo.

Sobre a questão referida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de que 51% da receita corresponde a fundos comunitários, disse que infelizmente esta é a realidade da maior parte das autarquias.

Em relação à despesa com o pessoal, disse que o senhor Presidente da Câmara Municipal apontou um acréscimo de 700.000,00 €uros, o qual não tinha a ver com o aumento do quadro, mas sim com aquelas progressões na carreira e outras situações. Sobre isto mencionou que se trata de uma realidade de todos os anos.

Passou, de seguida, a dizer que este é o maior orçamento de sempre, com 43.850.000,00 €uros. Mencionou ter reparado, numa dessas tabelas que foram apresentadas, nomeadamente na parte das candidaturas a fundos comunitários que já estão aprovadas e que estão com as obras em andamento, que se fala em dezanove e que representam um investimento de 31.000.000,00 €uros, sendo que neste universo são financiados 26.000.000,00 €uros, o que, segundo ele, representa muito investimento que está a acontecer no território.

Após a intervenção do senhor Vereador José Adriano Lima, e no intuito de esclarecer as questões por si apontadas, tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal de Melgaço, que começou por dizer que, de facto, o orçamento é o maior de sempre, isto em função de obras que houve a concurso com fundos comunitários, que têm valores de milhões e que estão previstas realizar. Explicou que o que tradicionalmente acontece é que, no fim, de acordo com a conta de gerência, os valores do orçamento vêm por ali abaixo, e que, porventura, poderá suceder o mesmo neste próximo ano, por haver muita obra a executar, em função de candidaturas aprovadas a fundos comunitários. Mais referiu que com essa redução, fruto das alterações orçamentais que vão sendo aprovadas ao longo do ano, os valores do orçamento vão decrescendo. Informou, também, que estes valores são muito pesados, mas têm que ser colocados no plano de atividade e orçamento. O Vereador José Adriano Lima disse que não foi o caso no último ano em que a taxa de execução do orçamento foi boa.

Relativamente ao comentário tecido pela senhora Vereadora Verónica Solheiro durante a intervenção do senhor Vereador José Adriano Lima, quando aquela disse que afinal a herança não fora assim tão negativa, o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu ver-se compelido a apresentar três números que considera aterradores, que são os atuais cerca de 30.000.000,00 €uros de passivo total, os cerca de 7.000.000,00 €uros de dívidas a fornecedores nos inícios de novembro de 2025 e os 20.630.000,00 €uros de compromissos assumidos durante o ano de 2025 e que transitam para o próximo ano de 2026, um colete de forças que limita o Município sobremaneira naquilo que são as suas intenções de gestão autárquica.

Na sequência destas palavras interrompeu a senhora Vereadora Verónica Solheiro dizendo que falar do passivo e não se falar do ativo em conjunto não estabelece o devido equilíbrio, ao que o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que muito haveria a dizer

sobre o ativo e o passivo e que poderiam estar toda a tarde a discuti-lo, se houvesse, da parte daquela, argumentos para o acompanhar.

Continuou o senhor Presidente da Câmara lembrando que todo o investimento com fundos comunitários implica comparticipação municipal, que pode ser 15%, 20% ou 30%. Mais indicou que os projetos, no final, têm derrapagens, em termos de tempo de execução e de valores, por trabalhos a mais, e que essas derrapagens podem significar a necessidade do recurso à banca para assegurar a comparticipação municipal no âmbito destes projetos. Informou que a capacidade ou incapacidade financeira do Município, fruto da falta de capacidade de gerar receitas próprias, também é o que é. Disse que a despesa corrente é enormíssima, a receita corrente é consumida pela despesas corrente, e que, para investimento, sobra muito pouco ou quase nada, o que leva à necessidade de se recorrer aos fundos comunitários (que não são a 100%) ou, então, à banca, referindo ser esta a realidade do Município de Melgaço. Mais referenciou que quando se fala em determinados eventos (deixando, desde logo, claro que também iria aludir ao Festival do Cinema) lhe parece que se escolhe fazer-se figura de uma Câmara rica, quando, na realidade, se é uma Câmara pobre. Informou que não está contra a cultura, a qual muito respeita, mas que entende ser necessário trabalhar mais conjugadamente com as associações locais e com as freguesias. Explicou que têm que ser tomadas decisões difíceis: ou a de deixar avolumar a dívida (que é o que vem acontecendo até aqui) ou se enfrenta o problema e se tomam decisões impopulares. Referiu que se impõe parar para pensar se há dinheiro para pagar. A este título disse que o caderno de encargos que foi apresentado, este ano, para o Festival MDOC, é de 167.000,00 Euros, e que a decisão de não avançar com a edição de 2026 não foi tomada de ânimo leve, tendo sido ponderada a hipótese de reduzir esse caderno de encargos, a de eventualmente mudar o parceiro, e a de arranjar outras fontes de financiamento, nada disto tendo sido possível. Em face disso, e como o Município não tem dinheiro para pagar, não houve outra opção que não fosse a da sua suspensão, o que não descarta a possibilidade de mais tarde poder ser retomado, facto que não depende apenas do Município, mas também do outro parceiro, porque há uma solução de continuidade que se quebra. Informou que o Executivo não tem prazer algum em quebrar a solução de continuidade deste evento, e que este foi um assunto que lhes tirou o sono. Realçou a necessidade de se tomarem decisões, suspendendo ou findando com aquilo que o Executivo entende não ser tão prioritário para a população melgacense, considerando que o que entendem prioritário para os munícipes são os serviços básicos, água, saneamento e resíduos sólidos, a saúde, a educação e a ação social. Elucidou que esta é a realidade do Município de Melgaço, mas que não foi o atual executivo que criou esta situação de grandes constrangimentos e dificuldades.

Avançando para as respostas ao senhor Vereador José Adriano Lima, e, neste caso, sobre a primeira questão que colocou, relativa o envio dos documentos com maior antecedência, começou por relembrar-lhe as inúmeras vezes em que os senhores Vereadores e eleitos na Assembleia Municipal pelo PSD, enquanto oposição, pediram uma maior antecedência na entrega dos documentos, para os poder analisar com mais calma, sem que esses seus pedidos tivessem sido atendidos. A este propósito disse que a Lei (secundada pelo Regimento) refere que os documentos têm que ser enviados com uma antecedência de dois dias úteis, o que foi em absoluto respeitado, e que deveria por aquele senhor

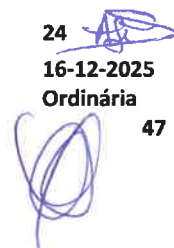
Vereador ter sido reconhecida a atenção de lhe terem sido enviados os documentos e a ordem de trabalhos na quinta-feira passada, à tarde, tendo-se de permeio os dois dias, não úteis, do fim de semana, o que significa que os senhores Vereadores do PS tiveram não dois mas antes cinco dias para os poderem analisar, entre aquela quinta-feira e a terça até à hora da reunião.

Quanto à questão colocada pelo senhor Vereador José Adriano Lima referente àquilo que este último considera serem obras de continuidade, no que às obras que se encontram elencadas no orçamento a nível de saneamento e água respeita, o senhor Presidente da Câmara lembrou-lhe que, contrariamente ao que aquele havia afirmado, não se trata de obras em execução, não se encontra designadamente construída a ETAR de Castro Laboreiro, nem se encontrando a decorrer quaisquer obras das de saneamento aludidas, designadamente nos quatro ou cinco locais da freguesia de Fiães, estando lá apenas colocado um depósito, que nem sequer tem ligação à rede e que nem sequer está pago à freguesia, tendo sido pela freguesia adiantado o dinheiro mas sem que a Câmara até hoje lhe houvesse transferido os 27.000,00 €uros que ele custou. Referiu, ainda, não estarem a decorrer obras de fornecimento de água em Pomares, nem em Saínde, nem na Cela, nem em Couso, nem em Virtelo.

Relativamente à questão do alargamento de horário no Centro Escolar de Pomares, através do protocolo com a Santa Casa, considerou que o senhor Vereador José Adriano Lima, quando referiu que poderia ser a escola a assegurar este serviço, o fez, seguramente, com a melhor das intenções, deixando a ideia de poupança de custos para o Município. Ainda assim, considerou estranho o facto de os Vereadores do PS insinuarem que não se deve poupar na cultura e, agora, com esta sugestão, que tenha de se poupar na educação. Indicou que este alargamento de horário, já protocolado pelo anterior executivo, não é por uma razão qualquer, mas sim para permitir às famílias, aos pais que têm horários alargados de trabalho, terem as suas crianças cuidadas até que as possam ir buscar após o horário laboral. Explicou que o ser a escola a assegurar este serviço não é tão simples quanto isso, porque não se trata apenas da questão de ter ali meios humanos afetos a este alargamento de horário, colocando-se, igualmente, a questão de ter que se assegurar os transportes. A este respeito, disse ainda que se está a falar da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, uma instituição com várias valências, com um leque alargado de respostas, que vão desde a infância à terceira idade, e que também merece ser apoiada, subsidiada e continuar a ser parceira do Município.

Relativamente ao ensino especial, e tendo percebido que quando falara sobre este assunto a senhora Vereadora Verónica Solheiro demonstrara insatisfação, o senhor Presidente da Câmara Municipal quis deixar claro que o Executivo não cortou na hipoterapia, nem nas aulas de hipismo, aos alunos com necessidades educativas especiais. Explicou que, mesmo com um esforço financeiro tremendo o Município irá manter esta resposta de AEC's para os alunos com NEE.

A este respeito, a senhora Vereadora Verónica Solheiro, interrompendo, perguntou se vão ser mantidas estas aulas para aqueles alunos cujos pais não as conseguem pagar, ao que o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o Município tem que se ater ao seu orçamento e que é importante que se perceba que as câmaras não estão aí para pagar



tudo e mais alguma coisa, mesmo quando se trata de atividade fora do plano curricular, particularmente quando não têm meios para o fazer.

Na sequência destas afirmações a senhora Vereadora Verónica Solheiro referiu que tendo em conta os números, o valor que o Executivo está a cortar na AEC é praticamente o que vai dar no vale escolar.

O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu-lhe questionando qual a ordem de prioridades daquela senhora Vereadora, ao defender as aulas de hipismo em detrimento do dinheiro concedido às famílias para aquisição de material escolar ou de um simples fato de treino, tendo-lhe perguntado se achava que estas aulas de hipismo eram mais importantes.

Relativamente àquilo que pode ser uma verba importante para o Centro Hípico, o senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o Executivo teve o cuidado de fazer uma reunião com o responsável, o qual disse que este facto lhe traria até alguma tranquilidade, porque não ganhava dinheiro com isso e porque tinha que encontrar meios humanos para afetar ao compromisso que tinha assumido com o Município. Informou que este responsável agradeceu a antecedência com que foi avisado, para, também ele, se poder organizar a este nível.

No âmbito da cultura o senhor Presidente da Câmara concordou com o senhor Vereador José Adriano Lima, quando este disse que é necessário procurar fazer mais com menos meios. Acrescentou que é essencial adequar-se àquilo que é a nossa realidade, realçando, ainda assim, que vai ser mantido o Melgaço em Festa (com alguma redução da verba que lhe é afeta, com os agrupamentos musicais), a Festa do Brandeiro, a Festa Castreja, e, pelo menos para o ano de 2026, o projeto “Quem somos os que aqui estamos”, projeto este que, ao contrário do que sucede com o Festival de Cinema, envolve e atrai, efetivamente, a população melgacense.

Quanto às provas de ciclismo informou que terão lugar aquelas que já estavam protocoladas de antemão.

Referiu que a prova do Melgaço Alvarinho Trail será em março para se tentar, de certa forma, mudar o contexto e responder àquilo que tem sido a redução sucessiva, ano após ano, dos participantes.

Quanto ao *Drift* e à Concentração *Motard* informou que tem agendada, para a próxima semana, uma reunião com uma pessoa que quer encabeçar o processo de criação de um clube *motard* em Melgaço. Mencionou que estes são dois dossiers que têm que ser trabalhados, não tendo sido possível fazê-lo com maior profundidade até ao momento, por manifestas dificuldades de agenda.

A nível do desenvolvimento económico, concordou que os planos só interessam se dos mesmos tivermos uma repercussão prática. A este nível, referiu que não está esquecida a reivindicação a nível da denominação de origem controlada, e que este é um dossier e uma reivindicação que engloba dois municípios. Informou que aquilo que se passa com a região demarcada a nível do alvarinho passa-se também com a questão dos produtos endógenos, sendo esta uma aposta que o Município irá fazer.

Passou para a questão do matadouro, informando que neste pouco tempo de Executivo já se falou, também, neste projeto. Manifestou que não gostaria que fosse implementado, geograficamente, entre Monção e Valença, mas que gostaria que o fosse, por exemplo, em

Valadares, a meio caminho entre Melgaço e Monção. Comunicou que já foi abordada, inclusive, a possibilidade de ao projeto agregar parceiros privados, incluindo associações de produtores, no sentido de se arranjar condições para avançar com este projeto, num outro espaço que não aquele que existe atualmente. Referenciou que o Município de Melgaço continua a colaborar com o matadouro de Monção, tendo um colaborador dos quadros do Município, que é o Manuel Esteves, que também trabalhou dezenas de anos no matadouro, a colaborar com o matadouro três dias por semana, apesar de ser o Município de Melgaço que lhe paga a totalidade do vencimento. Deu nota que a este colaborador o Município de Melgaço estava a pagar, também, despesas com a deslocação, o que acontecia de uma forma ilegal, porque não existe nenhum protocolo, nem nenhum contrato programa, celebrados entre o Município de Melgaço e o matadouro, que permita pagar este tipo de despesa, situação que também se está a tratar de resolver. Concluiu dizendo, ainda a este nível, que o interesse na manutenção do matadouro, ou na implementação de um outro, também é de Melgaço, onde se quer o crescimento sustentado do setor pecuário, tendo em conta que existem condições de território, de paisagem, e orográficas, de excelência, para este efeito.

Sobre as rotundas, disse que existem projetos para a sua construção. Esclareceu que se justifica a construção da rotunda que dá acesso à Zona Empresarial de Alvaredo por uma questão de necessidade, para evitar eventuais acidentes, uma vez que se prevê aumentar consideravelmente o tráfego, e, principalmente, a circulação em marcha lenta de veículos pesados. Relativamente à rotunda de Prado, lembrou que o anterior Executivo, liderado pelo Sr. Dr. Manoel Batista, prometeu que a construção desta rotunda teria lugar antes ou concomitantemente com o projeto de implantação da unidade comercial Coca Hipermercados, o que não veio a suceder, sendo certo, no entanto, que o projeto já está feito e que a sua execução cabe às Infraestruturas de Portugal, sendo, contudo, pretensão do Município fazer com que avance o quanto antes.

Relativamente às faixas de gestão de combustíveis, informou que irá haver um reforço e que foi celebrado um protocolo com o ICNF, que permite disponibilizar, ao Município, durante cinco anos, ao abrigo de um contrato de comodato, um trator, completamente equipado, que permitirá agilizar e reforçar aquilo que são as faixas de gestão de combustíveis. Comunicou que este contrato de comodato, por cinco anos, prevê uma obrigação de limpeza anual de 80 hectares, e que, se o Município cumprir estes pressupostos, ao fim desse período de tempo o veículo reverterá para o Município.

No que concerne aos Bombeiros, disse que não haveria qualquer corte para esta Instituição no próximo ano e que os 230.000,00 €uros que está previsto no orçamento transferir-lhe se destinam às equipas de intervenção (98.000,00 €uros), para as transferências correntes (110.000,00 €uros) e 18.500,00 €uros enquanto colaboração na aquisição de uma ambulância adquirida em regime de *leasing*, sendo este conjunto de valores que perfaz o montante dos 230.000,00 €uros que foram adiantados há momentos.

Após esta intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, retomou a palavra o senhor Vereador José Adriano Lima, que referiu pretender fazer uns esclarecimentos telegráficos, prendendo-se um com a parte da água e do saneamento, em que apenas pretendia saber se não existia financiamento para essas obras que estão previstas.

Posteriormente, quis deixar claro que não disse que se podia poupar na educação e não na cultura.

Pediu esclarecimentos sobre a prova de *Drift*, sobre a qual, segundo o próprio, o senhor Presidente da Câmara Municipal nada disse, ao invés do que fez com a concentração *motard*, ao que este último respondeu ter juntado os dois dossiers, que disse iriam ser trabalhados.

Sobre a rotunda de Prado o senhor Vereador José Adriano Lima disse que existe um compromisso do Governo sem prazos, sugerindo que se exija, à tutela, que se avance com esta obra.

Quanto às faixas de gestão de combustível perguntou se estão em causa aquelas máquinas mais pesadas para fazer essas limpezas, ao que o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que relativamente aos bulldozers foi feita uma proposta aos municípios, através das CIM's, tendo todos os municípios chegado à conclusão de que trata de um presente envenenado, porque o compromisso assumido pelos municípios para poder usá-los, para fazer corta-fogos, é demasiado burocrático e dispendioso, uma vez que caberia aos municípios não só fornecer os combustíveis, o que só por si constituiria um encargo elevado, mas também arranjar o capital humano para os poder conduzir, sendo certo que não é qualquer pessoa que tem habilitações para o fazer. Informou que se trata de condutores que cobram 15,00 a 20,00 Euros à hora. Realçou, igualmente, que os municípios teriam que ter um veículo pesado, que custa centenas de milhares de euros, para poder fazer o transporte destas máquinas ou então recorrer ao aluguer. Referiu que o que o ICNF pretende com estes bulldozers é que os municípios assumam responsabilidades que sobre o ICNF impendem. Informou, ainda, que não vai ser posta de parte a aceitação dessas máquinas, mas que vão ser colocadas condições para a sua aceitação.

Ainda no uso da palavra, o senhor Vereador José Adriano Lima colocou uma questão sobre a saúde, no âmbito da qual presumiu, pelos dados constantes do orçamento, que apenas no ano de 2028 é que estará a funcionar em pleno o Cartão de Saúde, tendo, por conseguinte, perguntado ao senhor Presidente da Câmara Municipal o que é que será feito no entretanto.

Perguntou, ainda, se existiu mais algum desenvolvimento sobre a hipótese que o senhor Presidente da Câmara já havia falado na última reunião de Câmara em relação às modalidades que se preveem implementar no Centro de Saúde.

Em relação à questão das instituições, disse existir um corte na casa dos 45.000,00 Euros, ao que o senhor Presidente da Câmara Municipal disse ter já transmitido os valores das transferências, quer de apoio às juntas, quer de apoio às associações, e que o valor a atribuir às juntas de freguesia apontado no orçamento é um valor global. Explicou, ainda, que existe um quadro de apoios aprovados, que se encontram nestes valores absolutos, e que o Executivo pretende transmitir em primeira mão às freguesias. Reconheceu e assumiu que o Município não tem verbas disponíveis para ir muito além do que são os compromissos assumidos, obras que estão já perspectivadas e previstas, não havendo verbas de maior para iniciar novos projetos, sendo esta a realidade com que nos confrontámos na atualidade.

Em resposta ao senhor Vereador José Adriano Lima, sobre dois assuntos ainda não discutidos, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse relativamente à água e ao saneamento que existe financiamento, designadamente por fundos comunitários, e com comparticipação municipal, de cerca de 4.900.000,00 €uros.

Relativamente à saúde, e sobre o Cartão de Saúde Municipal, referiu que a verba que está cabimentada é para iniciar o processo de elaboração do caderno de encargos. Informou que este processo, a nível de concurso, tem que ser internacional, havendo procedimentos e *timings* a cumprir. Informou que a vontade do Executivo seria cumprir, já em 2026, a totalidade do seu programa eleitoral, sendo certo que os 300.000,00 €uros necessários para pagar o cartão de saúde, se fosse subscrito por todos os residentes, e mesmo que aqueles procedimento e etapas não houvesse que respeitar, não existem nos cofres do Município neste momento. Referiu que esta é uma medida que o Executivo pretende, de facto, implementar, custe o que custar, e mesmo que tenha que cortar noutras áreas que entende não serem tão prioritárias. Sobre as respostas ao nível da saúde, disse que o Executivo está a trabalhar para elas, o que está a fazer juntamente com a ULSAM, com o Centro de Saúde e a com a respetiva senhora Coordenadora.

Numa última intervenção, o senhor Vereador José Adriano Lima perguntou se nos apoios às freguesias e no âmbito da transferência de competências foram efetuados cortes a este nível, tendo a senhora Vereadora Verónica Solheiro acrescentado que aparecem menos 40.000,00 €uros ao nível dos transportes.

A esta questão respondeu a Dr.ª Sandra Pires, com a devida autorização do senhor Presidente da Câmara Municipal, a qual explicou que em termos de delegação de competências mantiveram-se os números que já vinham do ano de 2025 e que em termos de transportes para o próximo ano os contratos já foram aprovados na Assembleia anterior, que estão na parte da educação, onde consta uma rubrica respeitante às delegações de competências dos transportes para as freguesias.

Posto isto, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu nota, relativamente aos transportes que estão adjudicados às freguesias, neste caso à União das Freguesias de Chaviães e Paços e à Freguesia de São Paio, que acabou por acontecer aquilo que os eleitos do PSD, durante muitos anos, quando colocavam reservas às transferências a este nível, anteviam como arriscado, por se estar a falar do transporte de crianças, em idade escolar, que envolve etapas que começam no licenciamento, adiantando que quem trabalha nesta área, profissionalizadamente, estava à partida melhor preparado para os desafios que se lhe colocavam, informando que a Junta de Freguesia de São Paio, no mandato anterior, estava a utilizar uma carrinha para transporte escolar que não se encontrava devidamente licenciada para o efeito, por terem deixado caducar o pedido, junto do IMT. Disse, ainda, que, infelizmente, o tempo veio a dar-lhes razão. informou, por fim, que neste momento já se encontra resolvida esta situação, com o devido licenciamento.

Pediu a palavra a senhora Vereadora Verónica Solheiro que pretendeu esclarecer uma dúvida sobre as instituições, perguntando a que se deve o corte de 45.000,00 €uros, se foi algum apoio que caiu, ao que a Dr.ª Sandra Pires referiu terem sido efetivamente feitos alguns cortes e que esse valor era no computo global e não em nenhuma associação ou projeto em particular.

Sobre esta intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que os cortes, sendo impopulares, respondem a uma necessidade, em função da realidade das contas, ou se optando por avolumar o problema ou procurando que seja resolvido, realçando que o atual Executivo veio para resolver e não para deixar andar.

O Executivo deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do PS, nos termos e para os efeitos da alínea c) do nº1 do artº33 da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026.

Os Vereadores do PS, no prazo das 48 horas, apresentaram a declaração de voto que se anexa.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

III – Intervenção do Público

Tendo o senhor Presidente da Câmara Municipal concedido a palavra ao público, para que se pronunciasse, querendo, pediu para intervir, *via online*, o senhor Jorge Ribeiro, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, que começou por dirigir os seus cumprimentos a todos e a agradecer ao Executivo o facto de permitir assistir a esta reunião.

Referiu querer apenas deixar uma nota relativa ao facto de o senhor Vereador José Adriano Lima ter falado da questão de a Santa Casa e dos serviços que são prestados para a Escola de Pomares. Sobre isto esclareceu que o serviço em questão se trata de um prolongamento de horário em que a Santa Casa, às 7:45 horas, recebe as crianças no polo de Pomares do Agrupamento de Escolas, até às 9:00 horas, e depois, novamente às 17:15 horas, horário em que recebe as crianças, nesse mesmo pólo, até às 19:30 horas, para que os pais que tenham horários mais alargados de trabalho possam vir recolher as crianças a essa hora. Disse, ainda, que senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que estava também, aqui, em causa ajudar uma das instituições e que a Santa Casa é uma instituição que presta muitos serviços, agradecendo, nesta sequência, a ajuda concedida pelo Município, uma vez que é preciso ajuda para poder ajudar, mas que neste caso não foi bem isso o que sucedeu. Passou a explicar que em 2023 o anterior Executivo veio ter com a administração da Santa Casa, pedindo ajuda, uma vez que tinha um problema em Pomares, porque não tinham crianças na escola, que estava, praticamente, sem crianças. Esta ajuda foi pedida no sentido de poder obter um serviço mais alargado, um serviço diferenciado, apelando à prática da Santa Casa na prestação deste tipo de serviço e à possibilidade de a Santa Casa fazer essa oferta. Disse, ainda, que é verdade que, nessa altura, e durante um curto espaço de tempo, a Santa Casa precisou de utilizar as instalações daquela escola para as suas crianças, a propósito das obras que decorriam no seu estabelecimento, mas que terminou em fevereiro de 2024. Referiu que este protocolo foi renovado, novamente, pelo anterior Executivo em setembro de 2024, e de novo em setembro de 2025, realçando que não foi o atual executivo que celebrou nenhum protocolo com a Santa Casa. Informou que o protocolo originário e as suas renovações, todos outorgados com o anterior Executivo, foram alicerçados em informações dos serviços técnicos que apontavam que, de facto,

teria um custo acrescido se fosse a escola a assegurar esses horários, porque tinha que contratar pessoal e estabelecer horários diferentes. Para além disso, referiu que as crianças que frequentam a escola de Pomares, com este protocolo, nos dias em que não há escola e nas férias, vêm para o estabelecimento da Santa Casa e os pais continuam sem ter problemas, nesses dias, com as crianças, que são acompanhados pelos seus serviços. Concluiu dizendo que esta panóplia de serviços que a Santa Casa oferece, em parceria com o Município, em muito agrada esta instituição, parceria esta que a senhora Vereadora Fátima Sousa fez sempre questão de manter e que permitiu que o Centro Escolar de Pomares, tenha, hoje, a procura e a ocupação que tem.

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal que agradeceu a intervenção do senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia e a nota explicativa que deixou sobre o histórico desta medida, desde que ela foi lançada. Sobre isto, disse, ainda, que se estranha esta alteração de propostas em tão pouco tempo, por parte do senhor Vereador José Adriano Lima, mas que também compreende que a função, estando do outro lado, é outra. Comunicou que o atual Executivo quer manter essa parceria com a Santa Casa, porque engrandece o Município e responde a algumas necessidades de resposta. Referenciou que o Centro Escolar de Pomares tem condições ótimas e de proximidade para com a população, para dar resposta formativa e a este nível. Agradeceu, por fim, a colaboração da Santa Casa nesta parceria para levar avante aqueles que são os propósitos, os fins e as obrigações do Município de Melgaço.

Pediu a palavra o senhor Vereador José Adriano Lima, por entender ter sido visado na intervenção do senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, para deixar um esclarecimento. Começou por cumprimentar o senhor Provedor. Passou, depois, a referir que tal como é do conhecimento do senhor Provedor, que o conhece e sabe disso, não tem rigorosamente nada contra a Instituição, muito pelo contrário, referindo ter consciência de as coisas estarem a funcionar bem. Esclareceu que a única hipótese que colocou foi numa lógica de contenção de custos, tendo, por conseguinte, proposto se eventualmente nesta fase não faria sentido que este serviço fosse assegurado pela escola, pensando, de igual modo, que a própria Santa Casa não teria interesse, neste momento, de prestar este serviço, uma vez que já não tem necessidade de usar aquelas instalações. Referiu que foi neste enquadramento que fez essa abordagem e, portanto, só com este intuito, o que quer deixar bem claro.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 18.25 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Ana Joia Teixeira de Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal

José Albano Esteves Domingues



Declaração de Voto

365. Presente para efeitos de aprovação o Acordo de Resolução do Contrato de Promessa de Compra e Venda de Terrenos para levar a efeito a concretização do "Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis", que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

No âmbito da última Reunião de Câmara, foi-nos apresentada uma proposta de Acordo de Resolução do Contrato de Promessa de Compra e Venda de Terrenos para levar a efeito a concretização do "Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis", em Alvaredo.

Embora não defendamos o projeto de habitação que estava associado a este contrato (e por isso votámos a favor o ponto seguinte da ordem de trabalhos que dizia respeito precisamente ao assunto), reconhecemos a gravidade da situação na área da habitação no nosso concelho, especialmente para a população jovem e para a classe média, pelo que defendemos que o Município deveria de honrar o seu compromisso e comprar o terreno e, posteriormente, numa articulação próxima com a Junta de Freguesia de Alvaredo conceber e implementar um projeto de habitação menos denso e mais vocacionado para a venda, o qual ainda poderia acolher equipamentos de interesse coletivo para a dita Freguesia.

E, para este efeito, é crucial ressaltar que existem linhas de apoio e financiamentos disponíveis para projetos de habitação acessível que poderiam ser explorados. Estas soluções financeiras devem ser devidamente estudadas e aproveitadas, pois representam uma oportunidade valiosa para viabilizar o desenvolvimento habitacional no nosso território.

A escassez de habitação acessível é um problema que afeta diretamente a qualidade de vida dos nossos cidadãos e contribui para uma maior desigualdade social. Investir em projetos que visem atender a estas necessidades é, sem dúvida, uma responsabilidade que Município não pode ignorar.



O terreno em causa apresenta-se como uma oportunidade para desenvolver soluções viáveis que possam mitigar a crise habitacional que enfrentamos e/ou para implementar outros projetos de interesse coletivo. E mais, sempre seria um ativo do Município que, no limite, poderia gerar receita para o erário público e, portanto, em benefício de todos, pelo que nos parece precipitada, desadequada e prejudicial para o interesse coletivo a proposta de resolução apresentada.

Em vez de resolver este contrato, devíamos promover um diálogo construtivo em busca de alternativas que possibilitem o uso adequado deste espaço em benefício da nossa população. O desenvolvimento de habitação acessível deve ser uma prioridade e é nossa responsabilidade assegurar que não perdemos essa oportunidade.

Por tudo o acima exposto, o nosso voto é, necessariamente, contra.

Os Vereadores do PS,



(José Adriano Lima)



(Verónica Fernandes Solheiro)



Declaração de Voto

371. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal a proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026, que ficará anexa a esta ata.

As Grandes Opções do Plano e Orçamento são um documento estratégico plurianual do Município que define as grandes orientações da política económica, social, ambiental e territorial, entre outras.

A proposta que nos foi remetida para 2026 é um documento com cerca de trezentas páginas, com uma parte introdutória em texto e com diferentes tabelas e mapas com a dimensão numérica do Orçamento.

Pois bem, o dito documento foi-nos enviado no estrito cumprimento do prazo mínimo legal para o efeito (2 dias úteis antes da reunião), o que merecia mais tempo. Depois, na análise do documento percebemos que nem sempre o que era dito no texto correspondia aos números, normalmente com falta de rubricas/dotação para o que era apontado no texto.

Posto isto, que dizer sobre o documento!?

No que diz respeito a água, saneamento, resíduos, limpeza urbana, parques e jardins, podemos dizer que é um orçamento de continuidade, não tem nada de novo... está em causa dar continuidade ao que já fazia, a obras a decorrer ou ao que estava previsto fazer, muitas vezes já com financiamento através de Fundos Comunitários garantido.

Quanto à Educação e Formação, uma área que sempre foi uma aposta da Autarquia, é dito que é para manter. Contudo, percebemos que nas Atividades de Enriquecimento Curricular há, pelo menos, um corte nas aulas de hipismo. O que consideramos uma oferta diferenciadora e que, no caso concreto de Melgaço, teria um efeito, imediato e a médio prazo, potenciador da dinâmica do Centro Hípico de Melgaço.

Depois, nada é dito sobre o reforço necessário no que diz respeito ao Ensino Especial no nosso Agrupamento Escolar, uma proposta da nossa parte.



Mais, no que diz respeito ao alargamento de horário disponível no Centro Escolar de Pomares e que consideramos que é de manter, fizemos a sugestão que o mesmo fosse assegurado pela Escola, uma vez que a Santa Casa da Misericórdia de Melgaço - diferentemente do que aconteceu no início - já não tem lá alunos e a Escola poderia assegurar numa lógica de restrição de recursos. Mas, pelos vistos, a intenção é, pelo contrário, aumentar o valor desta despesa.

Sobre Ação Social, é referida a necessidade de fazer uma revisão da Estratégia Local de Habitação, com o que concordamos e é um assunto que deve merecer especial atenção da parte do Município.

Neste âmbito, é feita referência a um novo apoio para material escolar, tendo o Sr. Presidente de Câmara explicado que se trata de um “vale escolar” de 25€ para cada aluno, independentemente da sua situação económica, para a aquisição de material escolar e outros bens de primeira necessidade (roupa...). Bom, todos os apoios são sempre importantes, mas este faz sentido quando cortamos na oferta que já tínhamos e quando sabemos que as situações de maior carência económica para as referidas necessidades já estão asseguradas, há muito, por outras medidas!?

No que diz respeito à Cooperação Internacional, nada é dito sobre a possibilidade de aproveitar estas relações para atrair dinâmica económica, o que nos parece importante.

Quanto à Cultura, é referido um programa de atividades diversificado, mas os números não traduzem isso. Depois, temos projetos de continuidade, com financiamento já, como a renovação do Cine Pelicano e o Museu de Castro ou a prospeção no Planalto de Castro Laboreiro e na Cividade.

Ainda, neste âmbito, fizemos a sugestão de, com a “prata da casa”, trabalhar a cultura melgacense (imaterial) de modo a preservar a nossa identidade, tradições e garantir a passagem de testemunho para gerações futuras.

Sobre o Festival Internacional de Cinema, será para suspender/acabar e nada é dito sobre uma estratégia alternativa para a promoção do nosso Museu do Cinema, sendo que se assume continuar com a aposta neste tema na medida em que se vai avançar com a renovação do Cine Pelicano.

Quanto ao Desporto, o que se verifica é a continuidade, com um ou outro ajuste, sendo que nada está previsto no Orçamento para o regresso da prova de *drift* e/ou para uma eventual concentração de motas.



No que diz respeito ao desenvolvimento económico, a marca também é a da continuidade, sendo que em alguns temas é um pouco curto ou vago. Alertámos para algumas das nossas preocupações para o setor pecuário como a disponibilidade de um matadouro nas proximidades ou a necessidade premente de um espaço de uso coletivo para a produção de fumeiro.

Neste âmbito, registamos com agrado a inscrição de uma rubrica para a elaboração de um Plano de Segurança do Rio Minho - uma proposta nossa – embora sem a devida dotação orçamental.

Mais preocupante para nós é a ausência de qualquer rubrica para o desenvolvimento de ações com vista a atrair investimento para o setor secundário, o que devia de ser “a prioridade”.

Em termos de desenvolvimento urbanístico, nomeadamente planeamento, regeneração urbana, gestão florestal, vias de comunicação e edifícios municipais, nada de novo... é dar continuidade ao que já estava previsto.

Quanto ao apoio às Freguesias e Instituições, não temos no Orçamento informação que nos permita perceber o apoio a cada uma das Freguesias ou Instituições, nem nos foi facultada tal informação em sede de reunião de Câmara. Pelo que não nos consideramos em condições para tomar uma posição sobre o assunto.

Da nossa análise, quanto às Freguesias, em termos absolutos, há uma manutenção do valor, até um ligeiro incremento, conforme nossa sugestão (no mínimo de acordo com a taxa de inflação), mas não sabemos como será distribuído. Já quanto às Instituições, há um corte na ordem dos 45 mil €, mas não sabemos a quem, nem com que critério.

A terminar, será de destacar uma tabela que nos foi apresentada na Reunião de Câmara com os 19 projetos/obras, financiadas, a decorrer ou previstas que representam um investimento na ordem de 31M€ e com um financiamento de 26M€ através de Fundos Comunitários. Portanto, muito investimento a acontecer e com um peso relativamente baixo no orçamento, uma vez que se trabalhou no passado para conseguir o respetivo financiamento. O que tem de ser replicado sempre, isto é, o foco não pode ser, apenas e só, na despesa mas também na receita.

Em conclusão, estamos, grosso modo, perante um orçamento de continuidade - sobretudo no que diz respeito aos grandes investimentos - o que até poderia ser visto como positivo da nossa parte, mas não verdade não o é. Com efeito, os tempos mudam e os desafios também e consideremos fundamental uma aposta forte na resposta na área da saúde e na atração de investimento. Mais, verificamos



cortes na despesa (por exemplo na Educação e no apoio às Associações Desportivas e Culturais...), mas não nos foi explicado em quê e/ou com que critério.

Assim, perante tudo o que foi acima referido, o nosso sentido de responsabilidade autárquica e dando o benefício da dúvida, o nosso sentido de voto é a abstenção.

Os Vereadores do PS,

(José Adriano Lima)

(Verónica Fernandes Solheiro)